

1



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13 **37^a Reunião da Câmara Técnica de Saúde,**
14 **Saneamento e Gestão de Resíduos.**

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Brasília/DF.

31

1º de Junho de 2011

32

33

(Transcrição ipso verbis)

34

Empresa ProixL Estenotipia

35

36

37

38

39

40

41

42

43

2

44**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Bom
45dia a todos. Por solicitação do Ministério do Meio Ambiente, quero avisar aos
46senhores que o previsto no Regimento, art. 24, as Câmaras Técnicas serão presididas
47por um de seus conselheiros, titular ou suplente, na ausência deste, por um vice-
48presidente, ambos eleitos na primeira Reunião Ordinária, da respectiva Câmara
49Técnica por maioria simples dos votos dos seus integrantes. Na ausência do titular do
50presidente e do vice. Os 3 conselheiros titulares, representando a CNI, FURPA e
51representante do Governo de Minas Gerais, designaram-me para presidir esta
52reunião. Bom dia à todos, nós vamos iniciar com a aprovação do resultado e
53transcrição da 36ª Reunião. Se todos os senhores conselheiros receberam, encontra-
54se estava disponível no site, pergunto se algum conselheiro quer fazer alguma
55observação, esclarecimento a respeito da transcrição da nossa ata. Em não havendo,
56vou colocar em votação. Os conselheiros que estiverem de acordo com a transcrição,
57permaneçam como estão. Contrários se manifestem. Abstenções? Aprovado. Ordem
58do Dia. Nós vamos iniciar o 2.1, processo nº 02000.002955/2004-69, apreciação dos
59resultados do Grupo de Técnico de Micronutrientes, uso de resíduos industriais,
60indicados como matéria-prima para fabricação de produtos fornecedores de
61micronutrientes utilizados como insumo agrícola. Quem vai fazer a apresentação vai
62ser o coordenador do GT, Sr. Alfredo Rocca, por favor.

63

64

65**O SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Bom dia a todos. Eu sou Alfredo Rocca, da
66CETESB, órgão ambiental de São Paulo. E eu coordenei esse grupo na segunda
67etapa de discussões, porque o grupo teve duas etapas, ele se iniciou, teve um
68encontro técnico e depois teve uma (...) na mudança que houve e uma retomada.
69Então, eu sou coordenador na segunda etapa. Bom, esse grupo foi criado por
70demanda da ABEMA, tendo em vista, principalmente os seguintes motivos, têm
71ocorrido à utilização de resíduos industriais para fabricação de produtos fornecedores
72de micronutrientes na agricultura em alguns estados, isso hoje ocorre sem ser coibido
73e também sem ser devidamente normatizado. Também tinha a situação de que alguns
74estados autorizam por critérios próprios, o envio de resíduos para outros estados,
75como, insumos para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes. E
76também alguns estados que autorizavam a aplicação direta de resíduos no solo, como
77fornecedores de micronutrientes. Então, diante desse quadro houve uma preocupação
78dos órgãos ambientais, principalmente, em que se tivesse uma regulamentação para
79criar uma regra, para atuação dos estados. O Estado de São Paulo acabou ficando na
80coordenação desse grupo, por duas razões principais, muitos dos fabricantes de
81fertilizantes e de fornecedores de micronutrientes estão no Estado de São Paulo,
82estão lá há muito tempo e nós já tínhamos lá o nosso próprio regramento, que fomos
83revendo ao longo do tempo, até juntamente com participação do Ministério Público de
84São Paulo, até que decidimos que realmente era interessante que essa discussão
85fosse trazida aqui para o âmbito federal. Então, foi criado um Grupo de Trabalho.
86Bom, logo nas primeiras reuniões do GT, que se iniciaram em fins de 2008, os
87participantes à época concluíram que seria interessante fazer um encontro técnico,
88para trazer subsídios à discussão, tendo em vista que é um assunto complexo, porque
89envolve toda a questão da gestão de resíduos, toda a questão de qualidade de solos,
90a qualidade do solo influenciando na qualidade da produção agrícola e indiretamente a
91saúde, a questão agrícola. Dada essa complexidade do tema, houve-se por bem,
92fazer esse encontro técnico, que ocorreu em São Paulo, no período de 1 a 3 de abril
93de 2009. Foi um encontro que, particularmente, reputo muito interessante porque se

94conseguiu reunir nesses 3 dias, especialistas de várias áreas, que têm, de alguma
95maneira, influência na regulamentação desse tema, desde especialistas de solo,
96caracterização de solo, avaliação de risco, parte de agricultura, a necessidade de
97micronutrientes nos solos brasileiros, estado atual de qualidade dos solos brasileiros.
98Toda a legislação, tanto de gerenciamento de resíduos como a utilização de produtos
99na agricultura, como ela é cuidada no Ministério da Agricultura, os aspectos legais. Ou
100seja, neste encontro dividido em vários módulos, cada módulo com uma temática
101específica, houve oportunidade de debate. Só que ocorreu que as apresentações, a
102transcrição na íntegra e os resumos dos relatores de cada uma dessas sessões estão
103lá no site do CONAMA. Lá no GT de Micronutrientes, para quem quiser consultar com
104mais detalhes. Então, ocorreu em 16 de setembro de 2010, ou seja, 1 ano depois,
105mais de 1 ano depois da realização do GT, a retomada dos trabalhos do grupo. Tendo
106em vista, que houve certo tempo decorrido da realização do encontro técnico e alguns
107ou vários dos participantes dessa nova etapa do GT, não tinham participado
108diretamente do encontro técnico. O grupo decidiu fazer uma discussão dos relatórios,
109de sessão por sessão para identificar as conclusões comuns. Isso também se
110encontra como um documento, lá no site do CONAMA. Bom, depois das discussões
111que ocorreram por todos esses temas relacionados à matéria, o grupo não conseguiu
112chegar a um consenso, sobre o que seria uma proposta de Resolução para a
113normatização da utilização de resíduos para a fabricação de micronutrientes. Então,
114aqui eu reporto as posições, as duas principais posições e as razões que levaram a
115essa posição. O primeiro grupo, onde está o Ministério Público; o Ministério da Saúde
116e os ambientalistas, a Associação Brasileira de Agroecologia e o Instituto Ambiental
117do Paraná consideraram que não deveria ser regulamentada, nem autorizada e nem
118tolerada a prática da utilização de resíduos para a fabricação de produtos
119fornecedores de micronutrientes. Porque eles consideram que, ter nesses resíduos,
120substâncias indesejáveis, sem interesse para as plantas, com o risco do meio
121ambiente e para a saúde, seria uma coisa temerosa, que nós ainda não temos
122condições suficientes para, principalmente, fiscalizar e controlar. Segundo eles teriam
123que ser adotadas medidas para coibir essa prática nos Estados em que ela ocorre.
124Também tem uma questão central que não se considera com dados suficientes para
125estabelecer limites aceitáveis dessas substâncias que seriam consideradas poluentes
126e não de interesse agrônomo, nem nos resíduos, nem nos produtos. Por conta,
127como houve o resalto, a questão da dificuldade do controle efetivo, da tipologia de
128resíduos que seriam usados. E também, considerando-se que essas questões dos
129padrões de qualidade de solo, valores orientadores de solo, são mais recentes e o
130Ministério Público considera que careceriam de amadurecimento. Bom, de qualquer
131maneira, o Ministério Público e esse grupo consideram que para ser utilizado um
132resíduo como micronutriente, ele teria que ser totalmente isento dessa substância ou
133já não conter, ou que fossem retiradas por algum processo de tratamento. Mas
134também consideram que face à complexidade deste contexto, não existe, no
135momento, condições, principalmente para monitorar, controlar e fiscalizar a prática.
136Também consideram, que de acordo com a Constituição Federal, não seriam
137aceitáveis normativas que, entendendo-se que seriam introduzidas de maneira
138inadequada essas substâncias, piorariam a qualidade do solo. E, por fim, toda uma
139questão que ainda tem pouco conhecimento de efeitos crônicos à saúde,
140principalmente, decorrentes da exposição àquelas substâncias consideradas:
141carcinogênicas, mutagênicas ou teratogênicas. Todos esses tópicos, se vocês se
142tiverem com mais detalhe, foram debatidos em sessões do encontro técnico e,
143depois, no GT, com os resultados todos reportados lá no site. Já o outro grupo

144constituído por representantes do Ministério do Meio Ambiente; do MAPA; do IBAMA;
145da CETESB; da FEAM; da Embrapa Cerrado; da Anda; do SIAGs, que é a associação
146que representa a indústria do setor de fertilizantes; incluindo CNI e alguns professores
147de universidades na área de agronomia. Eles já consideram que era necessário e
148importante uma regulamentação estabelecendo regras bem estritas, regras bem clara
149e até restritivas para a regulamentação do uso de resíduos em micronutrientes e
150condicionados à aceitação de apenas resíduos que contêm as porcentagens o
151desejáveis das substâncias de interesse, como de micronutrientes para as plantas,
152sem a presença de concentrações indesejáveis daquelas que seriam consideradas
153contaminantes ou tóxicas. E todo esse processo de avaliação seria fundamentado em
154metodologias de Avaliação de Risco, atendendo o princípio da precaução e levando
155em conta as propriedades físico-químicas, (...) e toxicológicas de cada uma das
156substâncias no momento da análise, incluindo a capacidade de absorção dessas
157substâncias pelas plantas. Também, seria necessário o aprimoramento dos
158mecanismos de controle dessas práticas pelos órgãos ambientais, para aumentar a
159eficácia do controle da fiscalização, em todas as etapas da cadeia produtiva do
160micronutriente. Também seriam proibidos a utilização de resíduos considerados,
161resíduos perigosos. E para utilização, os resíduos teriam que ser gerados em
162processos industriais bem definidos, ou seja, não seria resíduo genérico, mas de
163processos específicos, bem definidos e onde exista um sistema de produção que
164possa garantir a manutenção das características previstas para esses resíduos,
165dentro daqueles parâmetros que seriam considerados para aceitação dos resíduos. E
166também que, a avaliação deve ser feita para cada resíduo e de cada processo
167produtivo, e não genericamente. Então, de qualquer maneira, aí temos duas posições
168e um conjunto, que eu considero que seriam condicionantes, caso se decida que
169realmente é importante que tenha uma regulamentação. Então, eu fiz uma
170apresentação bem resumida, acredito que aqui nos debates os pontos podem ser
171melhor esclarecidos. Obrigado.

172

173

174O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) –
175Obrigado Alfredo. Antes de passar à manifestação dos presentes, eu só queria
176lembrar a todos, inclusive, ao próprio Alfredo, que os grupos, os Grupos de Trabalho,
177são criados para ouvir os diversos segmentos da sociedade, ele não tem nenhuma
178obrigação de criar um consenso, procure-se o consenso e parece-me que os objetivos
179do GT foram alcançados, porque se ouviram vários segmentos, várias opiniões e
180foram apresentados duas posições que se desdobram em outras, das pessoas que
181participaram, não só desse encontro, especialistas, órgãos ambientais, entidades
182ambientalistas, que apresentaram..., existem duas posições bastante definidas e cabe
183a esta Câmara, a partir do resultado desses trabalhos, julgar, não sei se teve como
184resultado, Alfredo, alguma proposta, houve-se alguma proposta em concreto de
185proposta de Resolução.

186

187

188O SR. ALFREDO ROCCA (CETESB) – Vejam, em alguns momentos da discussão
189chegaram a aparecer propostas de minutas. E até um pouco em função das
190discussões ocorridas na primeira etapa, iniciou-se um processo de discussão de uma
191proposta. Só que depois, como o grupo não chegou ao consenso de que deveria ter
192ou não. Ou seja, qual seria o conteúdo, proibindo ou regulamentando, não houve
193tempo para evoluir para continuar discutindo uma proposta específica.

194

195

196**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Mas
197chegou a ter uma minuta?

198

199

200**SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Emanada do grupo não. Houve de alguns
201representantes no grupo.

202

203

204**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Uma
205ou várias minutas?

206

207

208**SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Que eu conheço é uma.

209

210

211**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – E ela
212está lá no site também?

213

214

215**SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Eu acho que está, porque ela foi objeto da
216primeira...

217

218

219**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Bom,
220então, a palavra está aberta aos senhores conselheiros e depois, ao plenário, se
221quiser manifestar. Pergunto se algum conselheiro quer se manifestar.

222

223

224**SR^a. CÁSSIA RANGEL (MS)** – Só lembrando que a minuta que foi apresentada, na
225verdade, não foi discutida no grupo, é uma minuta que foi colocada para ser trazida
226aqui, para a Câmara Técnica. O grupo ficou no dissenso e dentro do grupo não houve
227nenhuma discussão sobre o uma minuta para ser encaminhada.

228

229

230**SR^a. AURIDENES ALVES MATOS (FURPA)** – Eu sou do Maranhão, nós vemos
231que é um assunto complexo, mas eu gostaria de passar a palavra, gostaria de ouvir o
232colega do Ministério Público, para que eles possam fazer algumas considerações a
233respeito desta.

234

235

236**SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Em primeiro lugar bom dia a todos. Sou do
237PROAM, Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental. Represento aqui também o
238coletivo de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo. Nós nos posicionamos
239pela primeira proposta, que é pela inviabilidade do processo de regulamentação e
240temos um abaixo assinado, uma moção de 120 entidades ambientalistas do Estado de
241São Paulo e de outros estados também pedindo cuidado, apontando os cuidados com
242uma possível regulamentação de um tema que pode trazer segurança alimentar e de
243poluição muito grande para o solo brasileiro e queria que para essa questão mais

244específica o biólogo, Roberto Varjabedian, do Centro de Apoio Operacional do
245Ministério Público, que fizesse uma consideração.

246

247

248**O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Centro de Apoio Operacional do Ministério**
249**Público)** – Eu só queria ressaltar que o Ministério Público de São Paulo vem
250acompanhando esse tema há muitos anos, tendo se manifestado desde 1998, por
251meio de pareceres técnicos a respeito dessa regulamentação, que de fato nunca
252houve um consenso no Estado de São Paulo, em relação a essa questão, e o órgão
253ambiental de São Paulo, a CETESB, foi objeto de uma recomendação específica,
254tendo sido feita pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público
255Federal, no sentido que essa matéria não fosse regulamentada. E essa diretriz é a
256mesma, não fosse regulamentada da forma como se pretendia, porque nós sempre
257defendemos que por conta das dificuldades de conhecimento científico, de viabilidade
258de controle e por questões tecnológicas não demonstradas, esse tipo de uso de
259resíduos trazia junto de si riscos muito relevantes para o meio ambiente, para a
260sociedade, para a saúde do trabalhador da indústria, para a saúde do trabalhador da
261agricultura e isso era uma matéria que muito nos preocupava e continua nos
262preocupando, porque não pode... Não só pode chegar à questão de problema de
263saúde por conta, eventualmente, da questão dos alimentos, como, cogitando-se a
264adição de poluentes por uma via a mais, que seria o uso de resíduos aos solos, nós
265vamos ter todas as possibilidades sistêmicas de isso virar um problema, tanto
266ambiental como de saúde pública. Esse é o primeiro questionamento, que eu queria
267deixar bem claro que nós não chegamos nunca a ficar só no termo da discussão, nós
268fizemos uma recomendação e continuamos acompanhando esse tema, no sentido de
269ter restrições à regulamentação da matéria. Além disso, no resumo que foi
270apresentado aqui, eu gostaria de ressaltar, assim como, importantes representantes
271da Academia e da Comunidade Científica do País, foram representadas nesse
272encontro temático, de nossa parte, professores também que eram... Na verdade, nós
273estabelecemos no Grupo de Trabalho o destaque a alguns nomes de professores
274também, mas que infelizmente não apareceram nesse resumo que foi apresentado
275agora, mas nós temos a apresentação, tanto do Dr. Wellington Delitti, do
276Departamento de Ecologia Geral, da Universidade de São Paulo, que hoje é Diretor
277do Instituto de Biociências, desta universidade. Dr. José Maria Gusman, da Embrapa,
278que aqui está acompanhando os trabalhos. Dr. Afonso, da Universidade do Oeste do
279Paraná, que apresentou uma porção de estudos nos sites. Então, o que nós
280ponderamos é que se a cientistas desse porte apoiando os questionamentos que nós
281fazemos, à falta de conhecimento a respeito dos solos do país, a falta de diagnóstico
282dos seus níveis de contaminação, a falta de conhecimento sobre os efeitos desses
283poluentes, tanto orgânicos como inorgânicos, às dificuldades de controle enormes que
284existem. Para vocês terem uma ideia, o Estado de São Paulo, pelo que nós sabemos,
285é o Estado que é um dos mais bem estruturados do ponto de vista dos órgãos de
286controle. Ele tem agências regionais, que chega a um número superior a 50. Tem
287alguns laboratórios para fazer frente a esse tipo de tarefa, e mesmo assim, muitos
288técnicos que nós conhecemos com os quais tivemos contato e em várias
289constatações que nós já fizemos nas indústrias do ramo, existem situações muito
290precárias de gestão e controle. Funcionários submetidos a situações que carecem de
291investigação. As áreas, as plantas industriais têm uma situação de passivos
292ambientais envolvidos com contaminação de água, com contaminação do solo. Isso,
293depois, vai se agregar aos possíveis efeitos que isso possa ter na prática agrícola de

294colocar os produtos e tudo que pode causar. Então, nós colocamos essas
295preocupações como destaques em relação ao que foi colocado e em relação à
296proposta de minuta. Eu gostaria de ressaltar, assim como fez a representante do
297Ministério da Saúde. Essa minuta é uma proposta da Associação Nacional de Difusão
298de Adubos, foi colocada no site, ao final das discussões, nem foi posta em pauta e em
299discussão, ela consta lá, assim como constam muitos outros documentos. E eu acho
300muito importante que essa matéria fique bem fundamentada como está, pois é um
301processo muito rico, que tem muitos elementos de prova e muitos dados científicos e
302o suporte de muitos segmentos importantes da academia, sustentando as nossas
303preocupações e a ideia de ter precaução diante de uma coisa como essa,
304principalmente em face da situação que vive o nosso sistema de controle. Mas não só
305isso, nós não podemos cogitar adicionar coisas ao solo quando nós sequer sabemos,
306como esses solos se encontram em relação a esses poluentes, já que dependemos
307da nossa agricultura. É fundamental aumentar a produtividade, é fundamental usar
308micronutrientes, mas isso não pode trazer consigno esses riscos que estão colocados
309aqui. E eu gostaria de destacar, por fim, nem dados científicos minimamente
310razoáveis para subsidiar uma avaliação de risco, como se propõe existem. Então,
311vejam, todas as avaliações têm que ter dados que as fundamente do ponto de vista da
312saúde humana e do ponto de vista da ecotoxicologia, dos efeitos ao ecossistema. Se
313você não tem esses dados, não adianta ter método, você não vai ter como alimentá-
314los com base na nossa realidade. Outro aspecto é você fazer normas extremamente
315restritivas, com várias previsões de mecanismos de controle, quando esses
316mecanismos de controles estão sabidamente e extremamente precário. O Estado de
317São Paulo, com tudo que ele tem está com uma dificuldade enorme, os técnicos que
318trabalham nessa área sabem que fiscalizar essa atividade é praticamente impossível
319dada a sua complexidade e as etapas envolvidas. Então, colocadas essas
320observações, eu agradeço a atenção.

321

322

323**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) –**
324Perguntaria se mais algum conselheiro... Pois não? Pela ordem, gostaria de
325levantassem a mão, porque eu não...

326

327

328**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOZO (Governo do Estado de Alagoas) –**
329Represento o Governo de Alagoas. Eu tive oportunidade de participar de algumas
330reuniões desses Grupos de Trabalho, principalmente as últimas e a nossa proposta, a
331proposta que a ABEMA fez uns anos atrás, em regulamentar o tema, esbarra numa
332necessidade que isso já é uso corrente, a autorização dessa disposição no solo, por
333alguns órgãos estaduais de meio ambiente. Então, isso é uma prática corrente e nós
334estávamos tentando regulamentar o que era uma prática corrente sem regra alguma,
335que existia grama até agora. Por outro lado, este problema... E a ideia era só se
336colocar padrões, conforme bem explicitado na 6938, colocar padrões, limites para que
337determinados resíduos perigosos, com determinada composição pudessem ser
338usados como micronutrientes. Nós temos outro problema, outra interface muito forte,
339que é quem regulamenta, o uso e a comercialização de micronutrientes é o Ministério
340da Agricultura. Então, nós esbarramos também nessa outra realidade que é um
341problema para esta regulamentação, em caso, por exemplo, de nós proibirmos o uso.
342Nós teríamos que ter alguma articulação e, sei lá como, nunca me deparei com um
343problema desses antes, mas isso inviabilizaria uma atividade... Não estou defendendo

19

7

20

344a atividade, eu estou dizendo que inviabilizaria uma atividade que hoje é
345regulamentada por outro órgão de governo, que é o Ministério da Agricultura.
346Ministério da Agricultura participou das reuniões tenho o Grupo de Trabalho,
347manifestou-se durante muitas vezes, mas me preocupa muito, a coisa da prática
348corrente. Eu vou fazer um paralelo, o IBAMA tem um programa de controle de
349queimadas há muitos anos, onde tem um trabalho constante de educação nas
350comunidades rurais para que se substituam práticas seculares de se queimar para
351plantar. Porque isso vinha causando problema, na hora que você queima, não
352controla, e queimava aquilo que não deveria. Queimava o que o sujeito queria e aquilo
353que não devia, nós estamos falando também de uma prática corrente, que é o uso de
354resíduos de cinzas de escórias como micronutrientes. Então, preocupava-me um
355pouco, até nós dizíamos: “Não vamos regulamentar”, e o Roberto tem razão, nós
356ficamos discutimos texto algum, nós ficamos discutindo a essência do assunto.
357Preocupa-me um pouco não haver regulamentação, alguma sinalização nós temos
358que ter para os estados. Ou de continuidade dessa prática ou de proibição dessa
359prática.

360

361

362 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Bom, nós
363sabemos que o tema é complexo mesmo, nunca foi fácil discutir esse tema. Eu
364particpei, José Cláudio, tive oportunidade de participar na outra Câmara Técnica, da
365construção e da aprovação da Resolução que trata de Gerenciamento de Solos e
366Áreas Contaminadas e realmente a discussão também não foi fácil, não é Zilda? A
367Zilda coordenou inclusive, o Grupo de Trabalho. A minha visão é que nós temos que
368discutir até a exaustão, a necessidade de regulamentação. Por que na minha visão?
369Por que basicamente o que nós estamos discutindo aqui é a possibilidade de você
370estar dando uma destinação mais nobre a resíduos que não jogar ele no aterro ou
371colocar numa barragem de resíduos. E essa possibilidade a nosso ver, que envolve
372na questão da reutilização ou na aplicação de um material que a princípio teria
373aplicação agrônômica, acho que ela é importante. De forma alguma, acho que o
374Ministério Público não está errado ao colocar suas preocupações, mas ninguém aqui,
375a indústria não defende de forma alguma uma aplicação irresponsável, de
376contaminação de solo, de água subterrânea, de contaminação de alimentos. Mas
377acho que é necessário que haja, de qualquer forma, uma discussão para
378regulamentar. Esta é a minha visão. De qualquer maneira os especialistas, passar a
379palavra ao professor da Anda e o professor da Universidade Federal de Lavras que
380está aqui presente, se você me autorizar, para eles colocarem a opinião deles em
381relação a essa discussão. Era apenas isso. Obrigado.

382

383

384 **O SR. IRANI GOMIDE FILHO (Anda)** – Irani Gomide. Sou Consultor Técnico da
385Anda, Associação Nacional para Difusão de Adubos, trabalho também na
386coordenação do grupo de Micronutrientes da mesma entidade. Basicamente, o que o
387setor vê como positivo e favorável à regulamentação, não é simplesmente pensar em
388dispor algum tipo de resíduo na agricultura e sim, utilizar um nutriente contido em um
389determinado resíduo. É óbvio que têm resíduos e resíduos e a ideia é que isso seja
390muito bem determinado e quantificado e qualificado, os materiais que apresentem
391condições seguras para uso. Foi feito, durante muitas argumentações durante o GT
392de trabalho e apresentando claramente a posição do setor no sentido de restringir ao
393máximo os resíduos, que se possam utilizar, é diferente um pouquinho o conceito de

394dispor na natureza, dispor na agricultura, contaminar flora e esse tipo de coisa. E nós
395não estaremos colocando uma carga adicional de contaminação, porque os metais
396são constituintes de todos os fertilizantes, todos os corretivos etc. e nós estaríamos
397substituindo fontes já trabalhadas por esses produtos, ou seja, o balanço é sempre
398positivo. Nós vamos deixar de explorar jazidas e mineiros, deixar de importados
399produtos acabados, gerar mais emprego aqui e conseguir substituir por teores
400semelhantes, muito semelhantes aos (...) em uso, que são universais. Então, toda a
401argumentação que consta do material do trabalho é nesse sentido, de manter
402produtos com qualidade definida, que todo mundo possa seguir e possa ser
403fiscalizado e cumprir as regras que seriam determinadas. Do contrário fica muito solto.
404Então, esse é o resumo mais breve possível da proposta que o setor (...) fazer, é
405substituir matérias-primas que já estão em uso por outras, selecionadas.

406

407

408**O SR. LUIZ ROBERTO GUIMARÃES GUILHERME (UFLA)** – Nas discussões que
409foram propostas aqui. Eu gostaria de fazer a seguinte observação, eu já atuo na área
410de Ciência de Solo, e trabalhando com elementos (...), há cerca de 15 anos e nesses
41115 anos nós temos feito uma série de trabalhos avaliando o comportamento em
412condições do solo (...), que nos permitem sim, abastecer bases de dados para que se
413faça uma boa avaliação de risco para esses elementos, em condições as mais
414diferentes de ecossistemas tropicais. Eu discordo da informação apresentada aqui,
415que nós não temos o mínimo de dados. Nós não temos uma base perfeita, como o
416norte americano tem, porque têm muito mais condição de gerar número, mas só de
417Larvas, o pessoal de Viçosa, o pessoal de Piracicaba, todos que trabalham na área de
418solos, eu faço parte de um grupo específico de avaliação de poluição de solos com a
419poluição de (...), que é Wanderlei de Jaboticabal, que trabalhou muito (*Inaudível*). E
420esse grupo constantemente se reúne nos eventos, como vai ser o nosso próximo
421congresso agora, para discutir esses números que estão sendo gerados e nós
422sentamos para falar sobre (...). Existe uma metodologia de avaliação de risco que nós
423apresentamos, essa metodologia já foi objeto de apresentação em diversos eventos
424no Brasil e fora, para ser questionada para ser validada ou não, para que os dados
425que são colocados possam ser questionados. Há um software que nós
426desenvolvemos, junto com o pesquisador da Embrapa que está numa base de dados
427disponível para quem quiser acessar para saber se a metodologia é válida ou não,
428colocar seus dados padronizados. Então, a nossa proposta de que isso seja
429regulamentado é baseado em estudos como este, concordo que a avaliação de risco
430para saúde é um estudo. Normalmente é o primeiro estudo a ser escolhido,
431(*Inaudível*) a própria CETESB coloca o (...) valores para definição de
432regulamentadores de teores em solos. Além disso, se faz uma série de avaliação de
433risco ecológico. Na área agrônômica, nós que trabalhamos com ciência do solo e há
43415 anos trabalhamos com (...) de traço, nós estamos constantemente fazendo
435avaliação de risco ecológico e vegetal quando nós trabalhamos com plantas, nós
436temos colegas de ecologia, que trabalham com diferentes animais. Isso tem que ser
437feito por diversas associações. Nós temos dados, precisamos coletar mais
438informação, mas é com base nesse tipo de informação que acho que nós podemos
439começar uma legislação nossa. Concordo com o problema de termos que ter controle.
440Então, esse controle é necessário, a partir do momento que seja estabelecido o valor
441regulamentar, isso é feito em qualquer lugar do mundo, precisamos aprimorar os
442nossos, mas que nós temos informações suficientes para começarmos uma
443regulamentação, não tenho a menor dúvida. Era isso que eu queria colocar, uma

25

9

26

444posição de quem já está trabalhando há bastante tempo, junto com a Sociedade
445Brasileira de Ciência de Solos, discutindo esses valores.

446

447

448**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Estão
449inscritos Professor Alfredo, depois a Celma...

450

451

452**O SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Eu pedi a palavra agora, não na qualidade de
453representante e relator do GT, mas na qualidade de representante da CETESB, que
454sou, porque a representação no GT seria institucional da CETESB. Já que a eu acho
455que eu teria que trazer alguns esclarecimentos, e algumas informações mais
456atualizadas sobre o que ocorre no Estado de São Paulo. Na verdade, quando eu disse
457que no Estado de São Paulo, nós achamos importante que tenha uma
458regulamentação porque nós já enfrentamos na prática o problema da dificuldade de
459controlar. Sendo essa prática legal ou não, seja aceita ou não. Então, você tem tendo
460uma regulamentação, nós consideramos que seria mais fácil para controlarmos. Com
461relação à capacidade ou não de controle, só queria prestar alguns esclarecimentos,
462além daqueles que o Roberto já nos trouxe, que realmente nós ampliamos o número
463das nossas agências, temos ampliado o número de pessoas na frente de trabalho,
464que é o controle, mas também nós estamos evoluindo lá e discutindo internamente o
465que seriam os critérios para aplicação, numa maneira de usar parametrizações mais
466rigorosas com base em (...) de fitotoxicidades às plantas, no comportamento
467ambiental desses contaminantes, uma coisa que é mais restritiva do que os valores
468orientadores e também, eu queria chamar atenção que, para quem realmente trabalha
469e entende com controle de poluição, sabe, que nunca nós vamos ter onipresença
470desejada para fazer o controle. De qualquer maneira, nós temos mecanismos (...)
471como priorizando, em cada região, as fontes que devem ser controladas e para nós,
472sem sombra de dúvidas fabricantes de fertilizantes e micronutrientes são
473considerados prioritários para fiscalização. E nós estamos trabalhando no Estado de
474São Paulo, temos muitas áreas contaminadas porque já identificamos essas áreas,
475conseguimos identificar 3600, é um trabalho que estamos evoluindo no sentido de
476eliminar esses problemas de contaminação e isso está se refletindo nos critérios que
477nós usamos no momento de renovar a licença das empresas por tipologia. Então, eu
478agradeço a palavra, só quis trazer esses esclarecimentos.

479

480

481**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA Nacional)** – A preocupação da
482ANAMMA como um todo é que os municípios têm recebido um quantitativo bastante
483considerável de resíduos em áreas degradadas e isso tem sido feito aleatoriamente,
484não existe regulamentação por isso. O órgão estadual emite a licença e é feito esse
485serviço quando o município, órgão ambiental e o município vão agir, a coisa já está
486bem... Com problema, temos isso em Goiânia e em outros municípios do Estado do
487Goiás. É interessante sim, que haja uma regulamentação, mas que se esgotem ao
488máximo as discussões, porque não é fácil chegar a isso, porque é extremamente
489polêmico e precisamos ter critérios, porque temos áreas contaminadas em Goiânia,
490em função exatamente desse material que está sendo disposto, eu prefiro que seja
491um critério extremamente rígido para isso.

492

493

494O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) – Eu
495acho que as preocupações aqui colocadas, principalmente pelos representantes das
496entidades ambientalistas, pela FURPA e pelo Roberto do Ministério Público, acho que
497elas são muito pertinentes, acho que a sociedade civil cumpre o papel muito
498importante de explicitar as preocupações com a utilização de resíduos industriais no
499solo, para os riscos de contaminação. Acho também que tem toda razão, Roberto,
500quando você exprime a sua preocupação, com relação da falta de capacidade dos
501órgãos ambientais de exercer esse controle. Eu tenho uma experiência aí de 30 anos
502em órgão ambiental e acredito que isso seja para todo o país, não só em Minas
503Gerais. Mas por outro lado eu vejo que o pior dos mundos é não ter regulamentação,
504porque não ter regulamentação enfraquece mais ainda os órgãos ambientais e
505permite que essa prática, hoje já generalizada em alguns estados, por falta de
506regulamentação, os próprios órgãos ambientais e até a própria sociedade civil não
507têm parâmetros para que isso possa ser coibido ou mesmo possa ser suspensa, ou
508possa mesmo ser punido. Então, eu até vejo, Alfredo, nas duas posições, muito
509consenso, eu vi que as duas posições têm uma preocupação grande, primeiro que
510não se coloque no solo aquilo que a planta não precise. Isso está nas duas
511preocupações, acho que a regulamentação tem que refletir suscito, nós não podemos
512permitir que a agricultura ou a silvicultura, qualquer forma de cultura, seja um lugar
513para despejar resíduo, isso nós não podemos permitir. Vejo essa preocupação nas
514duas posições, que realmente só possa vir a ser utilizado como micronutriente,
515resíduos industriais que realmente tenham um aporte positivo às plantas com todo o
516cuidado, para que isso não venha representar um risco de contaminação de solo, de
517contaminação das águas subterrâneas e das águas águas superficiais. Nós sabemos
518que existem, eu lembro quando iniciou essa discussão aqui no CONAMA, por São
519Paulo e aí ABEMA, Associação das Entidades dos órgãos Estaduais de Meio
520Ambiente, eu sou exatamente porque muitos estados vivenciam esse problema. Nós
521conseguimos regulamentar um tipo de resíduo industrial, pó de balão, que fica no
522sistema de controle das emissões atmosféricas da siderurgia, é uma regulamentação
523bastante restritiva, apenas para algum tipo de solo, para silvicultura apenas, com uma
524taxa controlada que vem sendo (...). O Professor Luis Roberto, de Larvas, citou, nós
525no Estado estamos terminando, junto com a Universidade de Lavras, de Ouro Preto,
526de Viçosa e com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, os valores de
527referência para o solo de Minas, exatamente com a preocupação de qual é o
528background, o que nós podemos colocar no solo, para que tipo de culturas e para isso
529nós estamos contando com o conhecimento do meio acadêmico. Eu acho que nós
530não podemos ter uma posição aí de enfiar a cabeça no solo e achar que isso não
531existe, acho que temos que enfrentar, com muita discussão e ver qual a
532regulamentação mais adequada que nós devemos ter para que isso não continue
533sendo um problema. A Zilda tem razão, isso hoje é um problema, não adianta querer
534fugir disso, isso é um problema e que nós não estamos enfrentando ou estamos
535enfrentando com muita dificuldade por falta de uma regulamentação. E aí também,
536para terminar, eu fico me lembrando de uma posição muito interessante da Ministra
537Marina Silva, agora a Ministra Isabella também, de outra forma tem colocado, que
538nós, dos órgãos ambientais e aqui desse conselho, do CONAMA, não podemos ser o
539órgão que só diz não, nós temos que dizer é como é que pode ser. Então, eu queria
540trazer essa reflexão para nós avançar, nós é que temos que dizer como é que pode
541ser, porque se nós não dissermos como é que pode ser, vai continuar sendo do jeito
542que ninguém sabe como é.

543

544

545A SRª. AURIDENES ALVES MATOS (FURPA) – Realmente as falas aqui que nós já
546tivemos a oportunidade de ouvir relatam as situações que de certa forma tem uma
547temeridade imensa, as colocações da colega de Alagoas, do senhor, demonstram que
548essa necessidade que haja uma regulamentação, mas é um assunto muito delicado.
549Alfredo falou da segurança alimentar, eu sou do Maranhão, e nós temos uma (...) com
550o pessoal da segurança alimentar do nosso Estado, e com as comunidades
551tradicionais e povos indígenas. Enfim, tem muita essa discussão lá, a questão da
552segurança alimentar, são preocupações que estão aí postas e nós achamos que
553precisa realmente avançar nessas discussões. É um assunto complexo e que precisa
554realmente avançar, verificar qual é o melhor posicionamento, o que é mais adequado,
555sempre primando pela qualidade ambiental, aquela qualidade da segurança alimentar
556e nós reiteramos a importância da ampliação dessas discussões. Eu passaria a fala
557para o Carlos e depois ele vai expor mais alguns relatos.

558

559

560O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM) – Gostaria de, em primeiro lugar, dizer aquilo
561que nós falamos sobre inundações em São Paulo, que quando nós passamos para a
562sociedade uma falsa segurança que nós possamos normatizar e que a sociedade
563acredita, de certa forma, se o CONAMA sinalizar nesse sentido, que ela está segura,
564que ela está guarnecida, nós estamos criando uma situação onde a sociedade não
565tem meios de se proteger. E o que nós estamos colocando aqui é exatamente essa
566capacidade do Sistema Nacional do Meio Ambiente, do SISNAMA, no sentido dele
567controlar um processo que nós consideramos que ele não tem hoje essa capacitação.
568Hoje, em termos operacionais, de fiscalização, para esse tipo de atividade, nós não
569teríamos em território nacional condição de aplicar um sistema de controle. Quando a
570CETESB, que é o órgão mais estruturado do Brasil, coloca da sua disposição de que
571em São Paulo se tem uma regulamentação, eu diria que a posição do movimento
572ambientalista é por uma reconstrução da CETESB, na medida que tenha um
573operacional realmente eficiente e que dê uma segurança para a sociedade. Então, o
574que nós temos que discutir aqui é a capacidade do Sistema Nacional de Meio
575Ambiente de absorver a responsabilidade, através de uma normatização, no sentido
576de que essa Resolução possa caminhar. Eu queria, se me permite, abrir para o
577biólogo (...), em seguida para o Dr. Gusman e o Engenheiro Hélio Lopes que é
578especialista em controle de poluição.

579

580

581O SR. NÃO IDENTIFICADO – Quando nós falamos nessas preocupações todas, veja
582só, nós não estamos falando de não regulamentar, estamos cogitando a regulamentar
583a proibição da atividade e discutir, no futuro. Ou a questão é não há condições hoje
584para um controle, o senhor, por exemplo, nas colocações que o senhor fez, realmente,
585por mais que se diga que nós vamos aprimorar, a situação de controle é muito grave.
586Então, nós não estamos falando em não regulamentar e colocar a cabeça embaixo do
587solo, nós estamos dizendo, existe a necessidade de coibir essa atividade, se há
588capacidade de gestão para fiscalizar análise de laboratório para fiscalizar coleta de
589resíduos em fábrica e fiscalizar o transporte desses resíduos ao longo do território,
590para fiscalizar toda a cadeia produtiva que se relaciona com as empresa de
591micronutrientes, a capacidade de fiscalização que pode ser usada nesse contexto é
592para proibição da atividade. É muito mais fácil proibir atividade em termos do que está
593envolvido nisso, porque daí não vai ter resíduo em fábrica de insumo agrícola, até que

594a sociedade tenha as condições científicas, tecnológicas e de gestão, suficientemente
595esclarecidas. Só estou querendo deixar claro, que nós não somos pelo vácuo, somos
596pela vedação, pela proibição... E a questão... Outro aspecto também é que quando se
597fala que o Ministério da Agricultura regulamentou essa matéria, nós teríamos, por
598exemplo, uma dificuldade, porque nós estaríamos interferindo numa demanda já
599criada por outro órgão, o que acontece é que a regulamentação do Ministério da
600Agricultura, condiciona o uso de materiais secundários, que é o termo que equivale a
601resíduos que está lá colocado no decreto da agricultura, vinculado ao parecer de
602órgão ambiental. Então, é uma matéria que não pode prescindir da avaliação
603ambiental. Não se considera razoável em nenhum país do mundo, que o Ministério da
604Agricultura diga assim: “Olha, no saco de fertilizante, o micronutriente pode ter tanto
605de chumbo, de cádmio, de organoclorado, que isso não passe por uma avaliação
606ambiental. Então a questão foi um atropelo que aconteceu, antes se criou um
607parâmetro para o produto e agora está se tentando adequar a situação à temática
608ambiental sem ter base suficiente para isso. Quando eu falo da questão de base,
609questiono novamente o Dr. Luiz Guilherme em relação a essa questão, porque a
610afirmação que ele faz em relação a suficiência, se fosse consensuada na comunidade
611científica, mas nós temos professores e pessoas que foram consultadas por nós de
612São Paulo e de outros estados que dizem o oposto dele, com também um grande
613gabarito científico, com grande também representação na comunidade científica.
614Então, por isso que o tema é complexo e eu gostaria de deixar clara essa questão,
615nós não advogamos a não regulamentação da matéria.

616

617

618**SR. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ (UFSCAR)** – E sou José Maria Gusman
619Ferraz, trabalhei na Embrapa até recentemente, sou professor da Federal de São
620Carlos, com Microbiologia de solo. Alguns pontos foram levantados, que eu gostaria
621porque foi discutido e é o que nós (...) São Paulo colocamos, é a fragilidade
622realmente, dos órgãos de fiscalização, esse é um ponto que não dá para nós
623discutirmos. Para fiscalizar fontes pontuais, imagine fonte difusa que vai passar a ser,
624espalhar no solo, nós não temos mais controle, quando é em uma fábrica, nós
625podemos até colocar e detectar alguma coisa, mas quando se espalha no solo, já não
626se tem mais o controle, vai fiscalizar no Brasil como um todo (...) e não se tem uma
627avaliação clara do nível desses contaminantes em áreas agrícolas, já. Nós estamos
628colocando resíduos que vamos determinar como um padrão, dentro do consenso que
629pode se chegar, mas nós não sabemos se o solo já chegou nesse padrão, já superou
630esse padrão, nós vamos continuar adicionando ali. Então é um fator bastante
631complicado. O efeito sinérgico, que é outro ponto crítico, que como foi bem relatado,
632passa a ser um depósito hoje. Já colocamos biofertilizantes, lodo de esgoto,
633colocamos agrotóxicos, vários quilos. Cada um de nós está comendo vários quilos de
634agrotóxicos por ano, em relação ao que se aplica no país. Mas uma regulamentação
635que vai fazer algum nível de resíduo (...). Esse efeito sinérgico, não se tem
636informação, pode-se ter uma informação muito clara de como detectar pontualmente
637um resíduo em determinado local, em determinado alimento, mas não se sabe o efeito
638sinérgico sobre isso. Outro grande efeito sinérgico também é sobre a biota do solo,
639nós temos fixadores de nitrogênio que são responsáveis por milhões de reais por ano
640de economia em relação a... Só pegando o caso da soja, e essa biota do solo é
641extremamente afetada por resíduos tóxicos, nós não temos esse dado também. Nós
642estamos resolvendo um problema e criando outro, provavelmente nós vamos ter que
643correr atrás depois. A ciência não pode fazer isso, resolver um problema e deixando

37

13

38

644outras como nós vamos correr atrás. No caso, por exemplo, de agrotóxico e de
645transgênicos, o glifosato, só fazendo uma analogia, como não temos a capacidade de
646ir atrás e fiscalizar, o máximo de resíduo permitido do glifosato é 0,2 ppms antes da
647chegada dos transgênicos no país. Como sabia que ia se utilizar bastante (...), a
648regulamentação passou para 10 ppm, então foi regulamentado que se podia usar 10
649ppm de resíduo no alimento que fosse aplicado (...), principalmente soja, no caso.
650Hoje, foi 50 vezes a mais que foi feita essa elasticidade. Hoje é encontrada no Paraná
651a contaminação de 50 ppm na soja. E não se tem capacidade de fiscalizar isso ao
652longo do país. Porque nós flexibilizamos uma legislação para tentar ajustar uma
653prática corrente, só que isso nós não temos a capacidade de fiscalizar como isso se
654desenvolve. Eu acho que uma prática corrente não justifica nós fazermos uma prática
655corrente também, desculpe-me a analogia, o uso *oxi* e *crack*, nem por isso vamos
656regulamentar isso. Acho que reforçando o que o Ministério Público falou, nós não
657queremos, pelo menos o meu ponto de vista também, não é de não regulamentar, é
658de não permitir resíduo tóxico na agricultura, não pode ter nada de resíduo tóxico, tem
659outras formas de se fazer isso.

660

661

662**O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Só para fazer uma apresentação do Professor
663Hélio, porque ele realmente vai ser modesto, mas o Engenheiro Hélio Lopes, foi
664gerente de Cubatão, naqueles anos mais difíceis de Cubatão na década de 80. E toda
665essa questão de agrotóxico e de aplicações de resíduos perigosos no solo começa a
666partir da dessa questão da Baixada Santista, onde o Elio foi responsável pelo controle.

667

668

669**O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – Obrigado pelo convite. Na realidade,
670essa questão surgiu realmente lá em Cubatão, nos anos 80. Até aí, a CETESB fazia
671uma avaliação das emissões atmosféricas medindo apenas a quantidade de material
672particular na atmosfera, mas nunca o que compunha esse material particular. Então
673nós num determinado momento, naquele tempo ainda era jovem, cabelos pretos, vinte
674e poucos anos, resolvi fazer um teste do que tinha naquele material particular e me
675assustei. Saía pela chaminé, mais de 50.000 PPM de chumbo, uma quantidade
676enorme de cádmio, uma série de poluentes, o que nos levou, inclusive, a fazer um
677relatório na época e entregar à diretoria da CETESB. Erroneamente a diretoria da
678CETESB achava que isso era um problema do Ministério da Agricultura e acabou
679esse relatório sendo engavetado, não foi para frente e mais tarde me aposentei em
68096, era gerente de Cubatão e fui trabalhar no Ministério Público e aí fizemos os
681primeiros laudos, primeiros relatórios referentes a essa questão e teve uma nova fase
682no Ministério Público que foi a descoberta que grande parte desses resíduos estava
683vindo de outros países disfarçados de minério, manganês, enfim, mas que no fundo
684era tudo resíduo industrial, tem partidas até hoje lá, ainda que vieram da Inglaterra,
685mais recentemente até resíduos domésticos nós tivemos oportunidade de ver.
686Posteriormente eu fui para o Ministério da Saúde e aí tive a oportunidade de andar o
687País, vários Estados e verificar também a precariedade dessa situação, uma situação
688muito pior até do que no Estado de São Paulo. O que nós retiramos disso tudo? O
689meu laudo, na época, ao final, a recomendação que eu entreguei para a ministra
690Marina Silva era de que até poderíamos usar o resíduo, desde que tivesse um
691beneficiamento no sentido de remover essas substâncias a valores basais, aquilo que
692existe no solo. Muito bem, hoje eu tenho até um posicionamento um pouco contrário a
693isso, em função do quê? Em função de que não houve um avanço do setor produtivo

40

14

41

694e o setor de controle ambiental ele foi cada vez mais se deteriorando, foi diminuindo o
695número de fiscais, as agências, enfim, e a coisa passou a ser de uma maneira, se
696hoje nós estivéssemos utilizando, estamos utilizando, isso que é pior, nós vamos vai
697ter uma consequência muito grave, não só para o meio ambiente, para a saúde
698pública, mas até para a economia do País e aquele agricultor que hoje compra esses
699fertilizantes, ele vai ter a viabilidade de ter seu solo totalmente contaminado, criar uma
700série de problemas para ele. Quando eu vejo aqui, por exemplo, o colega que eu
701tenho respeito muito grande, que a CETESB tem condições de controle, eu diria que
702se o órgão ambiental quisesse, ele tem mesmo, ele poderia, neste momento, paralisar
703todas as atividades da indústria de micronutriente, de que forma? Quando você faz
704um licenciamento, no memorial de caracterização do empreendimento vem lá a
705matéria prima a ser utilizada e todas, pelo menos no Estado de São Paulo a matéria
706prima é o minério, foi aprovado como minério, portanto, se ele está utilizando resíduo,
707ele está indo contra a licença, o certificado da licença de operação, licença de
708instalação e operação que lhe foi concedida. Portanto, ele está irregular nesse sentido
709e pode ser paralisado. Porque ele tem que voltar a utilizar o uso da matéria prima que
710ele informou no licenciamento. O Roberto coloca muito bem que nós estamos partindo
711já de um pressuposto, por exemplo, errado, o Ministério da Agricultura, ao fixar, por
712exemplo, 10.000 PPM de chumbo no produto, ele já está praticamente impondo uma
713situação para quem vai fazer essa norma e essa norma é uma norma de cunho
714ambiental, ela é geração de resíduo, quem faz o licenciamento é o órgão ambiental,
715quem controla é o órgão ambiental, o gerador, quem dá a licença para a fábrica de
716micronutrientes é o próprio órgão ambiental. Se eu mostrar para os senhores aqui o
717que nós encontramos na última vistoria é algo assustador, está certo que já faz um
718certo tempo, mas tenham certeza absoluta, se nós voltarmos agora a essas
719empresas, não houve uma evolução muito grande não, tanto do ponto de vista de
720saúde ocupacional, filtro de manga totalmente entupido, uma poeira nos armazéns
721enormes, ausência de sistema de tratamento de efluente, usam uma lagoa de
722sacrifício, fazem um buraco sem a mínima proteção, jogam o efluente lá, infiltra,
723contamina o lençol freático. Do ponto de vista ocupacional, então, nem se fala. Como
724é que nós podemos viabilizar e dar andamento a uma situação dessas? Eu acho que
725nós podemos mais na frente quando evoluirmos, pensar em fazer uma resolução, mas
726nesse momento aqui é muito difícil. Veja, quando esse resultado dessa vistoria foi
727levado à CETESB, o presidente da CETESB, falecido Lara, foi deputado lá de Santos
728pelo PSDB, ele ficou horrorizado e foi aí que ele mandou todo esse processo para a
729ABEMA e aí foi trazido aqui para o CONAMA, a história é essa, ela começou lá na
730CETESB, passou pelo Ministério Público, foi à presidência da CETESB, isso foi
731apresentado para o presidente da CETESB e ele encaminhou para ABEMA para que
732desse continuidade. Então, eu sou da opinião seguinte, nós temos, neste momento
733que fazer sim uma regularização proibindo o uso de resíduo perigoso e isso ser
734enviado para todos os Estados para que o órgão ambiental passe a exercer seu dever
735de ofício, proibindo como matéria prima da indústria de fertilizante, senão vamos estar
736disseminando de forma gradativa, porém inexorável, a contaminação do solo nacional.

737

738

739**A SR^a. CÁSSIA RANGEL (MS)** – Bom, para explicar um pouquinho como nós do
740Ministério da Saúde funcionamos e trabalhamos com essa questão de áreas
741contaminadas e aí retomar alguns pontos que foram discutidos aqui. Nós temos uma
742área dentro da CGVAM que é Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental,
743que trata da vigilância em saúde de populações expostas às áreas contaminadas por

744contaminantes químicos e temos um instrumento de programação, de pactuação junto
745com os Estados que é previsto bianualmente, ou às vezes trienalmente, esse ano é
746bienio que nós fazemos uma pactuação com os Estados para que eles possam
747realizar ações relacionadas à vigilância de populações expostas. Ano passado nós
748fizemos a proposição, é PAVS, Programação de Ações de Vigilância em Saúde de
749que todos os Estados cadastrassem ao menos uma área contaminada no nosso
750sistema, nós temos um sistema que se chama SISOLO que cadastrasse ao menos
751uma área para municípios acima de 100.000 habitantes e que fizessem o cadastro de
752ao menos uma área, 30% dos municípios abaixo de 100.000 habitantes. Enfim, ano
753passado foi o primeiro ano, 2010, dessa PAVS que é do biênio 2010/2011 e nós
754ficamos muito aquém do que nós pretendíamos, muito porque quem faz a
755determinação se a área está contaminada ou não, não é o órgão da saúde, é o órgão
756ambiental do município e do Estado. Então, o órgão da saúde de maneira articulada
757com esses órgãos vai poder cadastrar a área, mas ele não cadastra a área se o órgão
758ambiental tiver determinado como contaminado, nós não temos essa e nem
759pretendemos ter essa autonomia de determinar se a área é contaminada ou não,
760nossa preocupação é com a saúde da população ali do Entorno. Para mostrar que
761realmente de fato o Estado de São Paulo inclusive foi o único Estado que não pactuou
762essa meta, porque já estão muito, além disso, a CETESB já tem um cadastro de áreas
763contaminadas, então o setor de saúde já tem todo um subsídio, uma interface para
764trabalhar em cima disso, eles propuseram ações mais qualificativas, porque eles são o
765único Estado dos 26 mais unidade federada que tem realmente uma forma mais
766organizada e que possa trabalhar, de repente, nesse caso de controle e fiscalização.
767Os demais Estados realmente têm uma dificuldade muito grande, nós o setor de
768saúde que estamos trabalhando articulado com eles nesse sentido, sentimos isso
769sempre. Então, aqui retomando, a questão de falta de regulamentação realmente é
770um problema, a questão do uso corrente é sabido, nós vimos no próprio encontro
771técnico que foi realizado em São Paulo que era apresentada toda a cadeia de como é
772feito, ou seja, existe uma cadeia de como isso é feito, por isso nós somos realmente a
773favor da regulamentação da proibição e acho que um respaldo muito grande que pode
774nos dar em relação a isso é a implementação da Política Nacional de Resíduos
775Sólidos, porque uma preocupação que se tem, se regulamentamos proíbe, mas você
776tem um resíduo que está ali e que até então não tinha uma política que pudesse dar
777conta desse resíduo, embora tenha uma NBR de resíduos perigosos. Tendo em vista,
778à luz da regulamentação da política que está aí a pleno vapor sendo tocada pelo
779Ministério do Meio Ambiente, eu acho que é o momento de nós regulamentarmos a
780proibição e aí sim você atrelar com a Política Nacional de Resíduos Sólidos que nós
781conseguimos fazer essa regulamentação desse resíduo que então não vai ser usado
782como micronutriente, mas que vai ter que ter seu destino ambientalmente adequado.

783

784

785 **SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais) –**
786Geraldina, por favor. Só lembrando aqui, nós temos inscritos ainda Zilda e a Celma.
787Pediram-me, só antes de você falar Geraldina, a segurança daqui desse prédio pediu
788para informar que no banheiro feminino deste andar foi encontrado um anel, se tem
789alguém que perdeu, pode procurar a segurança lá. Geraldina, por favor.

790

791

792 **SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (ABES/DF) –** Bom dia para todos. Eu
793cheguei um pouco atrasada, mas isso não me impediu de acompanhar a discussão,

794mesmo porque ainda estava em fase de apresentação das propostas. Sou presidente
795da ABES/DF e nesta reunião aqui estou representando ABES/Nacional. Quer dizer, a
796discussão a respeito desse assunto eu entendo que é uma discussão muito rica,
797porque é um assunto realmente muito polêmico e eu olho as duas posições
798apresentadas e vejo que tem elementos importantes em uma posição e tem
799elementos importantes em outra posição também. Essa questão, concordo com a
800Zilda, José Cláudio, quando falam que a prática corrente é o pior dos mundos que
801tem. Isso não tem a menor dúvida, mas por outro lado eu concordo também e até
802mesmo como egressa do Ministério Público, porque fui analista pericial na área de
803meio ambiente lá, assessorando os procuradores do Brasil inteiro, então, eu vi,
804presenciei as situações de contaminação do solo, de falta de controle, aplicação de
805resíduos perigosos mesmo no solo, esse tipo de coisa. Então, eu, apesar de essa
806discussão ser muito difícil, eu acho que o assunto não está esgotado no Grupo de
807Técnico. Eu acho que esse assunto deveria voltar para o Grupo de Técnico chegar
808numa posição de consenso, estabelecendo um prazo, porque nós também não
809podemos ficar sem regulamentação nenhuma e resgatando propostas até que já
810foram feitas aqui, de proibição mesmo do uso de resíduos perigosos e os que não
811forem perigosos, a forma de serem usados. Inclusive solicitando mesmo ao MMA
812aprofundar os mecanismos de controle até aproveitando essa proposta já que foi feita
813aqui, foi distribuída, solicitando a criação e manutenção de um Sistema Nacional de
814Gestão e Monitoramento Ambiental da qualidade dos solos brasileiros, que até hoje
815nós não temos um diagnóstico de todo o solo brasileiro. O Estado de São Paulo que já
816avançou nessa questão, mas que mesmo lá ainda tem, continuam com muitos
817problemas. Então, a minha proposta realmente é voltar para o GT para chegar num
818consenso, discutir mais e ver o que tem de bom numa proposta, o que tem de bom na
819outra, aproveitar e aprofundar mais os mecanismos de controles.

820

821

822**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais)** – Vou
823passar para a Zilda, por enquanto estamos em uma discussão e depois vamos entrar
824numa fase de propostas por parte dos Conselheiros, mas já está registrado a da
825Geraldina. Zilda.

826

827

828**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo de Alagoas)** – Eu queria
829complementar e acho também, presidente, quando entrar no que a Geraldina está
830flanando, mas antes, dar um esclarecimento. Eu ouvi várias pessoas falarem aqui e
831oportunamente sobre esse assunto acho que o debate está muito bom, esse debate é
832muito bom para nós fixarmos ideias, mas acho que vale a pena fazer alguns
833esclarecimentos. Eu acho que o CONAMA e mesmo hoje estando aqui representando
834o Governo de Alagoas, eu falo como analista ambiental do IBAMA e servidora do
835Ministério do Meio Ambiente, nós temos hoje um arcabouço legal capaz de nos dar
836alguns subsídios a mais do que essa realidade que se tinha até hoje. Nós temos,
837quando a Geraldina fala do inventário, nós temos um ano e meio ainda de uma
838Resolução que trata de valores indicadores da qualidade do solo e gerenciamento de
839áreas contaminadas. Desde o ano passado a Secretaria de Qualidade Ambiental do
840Ministério vem tentando promover um curso de capacitação para os Estados, tem feito
841oficinas, Minas Gerais tem participado, São Paulo tem participado, Rio de Janeiro tem
842nos ajudado, existe uma previsão de uma oficina na Bahia para esse ano ainda e
843outra em Minas, mas o Ministério do Meio Ambiente está buscando a capacitação

49

17

50

844para ver essa Resolução andar mais rápido, para ver os Estados levantando seus
845valores e indicadores, hoje nós tem aí São Paulo com valores, Minas está quase
846pronto, digamos assim, acho que mesmo nessa fase... E mesmo o esforço tem sido
847para isso. Por outro lado, nós temos uma Política Nacional de Resíduos, que como os
848senhores acho que uma boa parte dos senhores estava aqui presente na
849apresentação do Silvano na última reunião, existe um grupo que vai discutir os
850requisitos mínimos de Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos. Acho que
851essas coisas se casam com o nosso problema aqui ou com a nossa situação para
852resolver, nós temos uma obrigação pela Lei 2305, que é a elaboração de um Plano de
853Gerenciamento de Resíduos Perigosos e esse plano, a expectativa nossa é que ele
854deve conter metas de redução, porque ele vai ter que atender o art. 9º da lei, o art. 9º
855fala de hierarquia, não gerar, reduzir, reaproveitar, reciclar. Então eu não vejo também
856uma Resolução sendo elaborada por este Conselho para fiscalizar a aplicação do
857produto no solo, eu acho que nem é objeto dessa Câmara Técnica e fiscalizar a
858elaboração do micronutriente propriamente dito. O nosso papel aqui é simplesmente
859dizer que tipo de resíduo emanado da indústria pode ter ou não pode ter um destino
860como micronutriente e aí o controle, infelizmente me parece, salvo melhor juízo, que
861foge a alçada da área ambiental neste momento. A partir do momento que nós
862tivermos os valores indicadores de qualidade do solo, o mapeamento das áreas
863contaminadas, o monitoramento do solo, isso vai demorar alguns anos, talvez aí nós
864possamos ter uma ação mais direta sobre a contaminação pulverizada no solo
865brasileiro, mas o CONAMA não pretende proibir, como eu falei no início, talvez não
866tenha sido bem entendida, nós não podemos ter uma Resolução no CONAMA que
867proíba o uso de resíduos para micronutrientes, isso nós não podemos. O que nós
868estamos discutindo aqui é que tipo de resíduo pode ser usado para disposição no solo
869e aí ele vem de encontro ao art. 47 da lei, que trata das proibições e fala que outras
870proibições outra regulamentação pode fazer nessa esteira. Eu acho, sei que não é o
871momento, você ainda não pediu, mas acho que nós devíamos refletir sobre essa
872necessidade. Eu vejo um futuro promissor nessa dificuldade de controle que muitos
873aqui levantaram. Eu vejo uma efetiva fiscalização em termos de melhoria, eu vejo um
874aporte melhor, mas esse aporte carece de alguma regulamentação.

875

876

877**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA Nacional)** – O que a Zilda falou é
878interessante, o que a Geraldina falou também é interessante. Visto que o País tem
879dimensões continentais e cada região tem um tipo de solo e eu vejo que a região
880Centro-Oeste é um tipo de solo bastante favorável à questão de infiltrações e tal e já
881temos alguns problemas com contaminações de solo e é por isso que eu primo por
882esse cuidado. Eu gostaria até que o Ivens falasse algo sobre isso, eu passo a palavra
883a ti Ivens.

884

885

886**O SR. IVENS DRUMOND (ANAMMA Centro-Oeste)** – Bem gente, deixa eu dar um
887esclarecimento porque eu estou aqui na mesa, inicialmente a ANAMMA Nacional
888pediu que eu estivesse fazendo a representação da ANAMMA Centro-Oeste, só que
889até o momento não chegou o ofício me indicando. Então, estou falando aqui neste
890momento pela sociedade civil, pelo PROAM. Eu tenho algumas preocupações que já
891foram, de alguma forma, colocadas aqui pelas pessoas que anteriormente se
892colocaram. Primeiro, a questão da prática corrente, no Brasil nós temos seguido uma
893sequência, quer dizer, que o próprio Gusman colocou ali, se é uma prática corrente,

894veja só, não estou aqui dizendo que alguém comete crime, mas se é uma prática
895corrente fora da legalidade, que não é regulado, o que nós temos que fazer tentar
896punir e pedir que isso ocorra não regular uma prática corrente que em tese esteja na
897ilegalidade. Infelizmente isso tem sido uma prática no Brasil, começam a se fazer as
898coisas e depois vamos tentar regular uma coisa que não está regulada. Isso é uma
899coisa que me preocupa muito e, fazendo uma analogia como o Gusman falou, quer
900dizer, então nós vamos regular o uso da droga, porque é prática corrente o uso de
901drogas nós vamos começar a regular o uso da droga e repito que não estou dizendo
902acusando ninguém e não estou dizendo aqui inclusive que há crimes, mas é uma
903preocupação que eu tenho que é uma prática que vem sendo implantada
904principalmente neste Conselho. Outra eu queria alguns esclarecimentos dos colegas
905que estudam o assunto, pela explanação do Alfredo, tinha lá assim, proibição de
906resíduos perigosos. Quer dizer, há uma contradição no meu entendimento, porque o
907que são os cádmios, chumbo, cromo, arsênio, mercúrio, selênio, esses são resíduos
908perigosos? Eu faço essa pergunta, se são, como é que nós vamos regular se a
909própria proposta do MMA e a proposta dessas duas posições que existem propõem a
910proibição do uso de resíduos perigosos e de resíduos não só perigosos, mas os
911resíduos industriais como um todo. Outro aspecto que eu já coloquei da outra vez
912também me preocupa é que como isso é regulado somente pelo setor do Ministério da
913Agricultura, geralmente a avaliação que é feita só somente avaliação agronômica, e
914sendo uma avaliação agronômica me preocupam os aspectos que não são avaliados,
915ecotoxicológicos e os aspectos de avaliação à saúde humana, aos moldes do que
916acontece com a lei dos agrotóxicos e sei aqui que fertilizantes não têm nada a ver
917com agrotóxicos, mas no meu entendimento é que nós não devemos, na lei maior,
918evoluir para que esses dois atores também passem a figurar no registro desses
919fertilizantes. Aí, lembrando também que o próprio setor industrial vem falando muito
920aqui que é um uso nobre, como colocou o nobre colega Wanderley, bastante atuante
921e competente, que o uso nobre é a reciclagem, mas a própria Política Nacional de
922Resíduos Sólidos, quando fala lá dos seus princípios, o primeiro princípio no inciso I é
923o princípio da precaução e o princípio da prevenção. Como eu sou advogado, queria
924só dar um alerta que quando tem lá aqueles incisos e alíneas, a Dr^a. promotora pode
925até me ajudar nisso, quando vem a hierarquia do 1, 2 e 3 ela quer dizer que o 1 é o
926mais importante que vem primeiro do que o 2, que vem primeiro que o 3 e assim
927sucessivamente. Antes de todos os princípios da Política Nacional de Meio Ambiente,
928está o princípio da precaução e o princípio da prevenção. E, por fim, sei que também,
929uma outra questão que eu gostaria de ser esclarecida pelos estudiosos do assunto.
930Se existem resíduos que são bioacumuláveis, como nós vamos permitir que esses
931resíduos entrem no solo, que eles passem para a planta, para a verdura, o que for o
932produto, e pelo que eu entendo, eu sou leigo nisso, mas acumula 0,001 micrograma
933hoje, ao longo de 10 anos vira 1 grama, pelo que eu entendo é isso. Então, a minha
934posição aqui como sociedade civil é pela regulação proibindo a utilização desses
935micronutrientes. Nós não podemos de alguma forma tentar regular uma ilegalidade
936que vem acontecendo no Brasil, que é uma prática corrente. Gostaria de agradecer a
937ANAMMA Nacional pela palavra e vou ter que me retirar agora, mas essas são as
938minhas preocupações. Obrigado.

939

940

941**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais) –**
942Próximo inscrito Wanderley. Eu pergunto se mais alguém quer se inscrever. Então,
943por favor, se inscreva em sua mesa.

944

945

946O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Bom, é uma questão até de
947esclarecimentos Cláudio, acho que está havendo uma grande confusão aqui dentro,
948ninguém está falando aqui em aplicar resíduo em solo. Estamos falando usar resíduo
949como fonte de micronutriente, o que é isso? Não é pegar resíduo e jogar no solo, de
950jeito nenhum, isso passa por um processamento industrial, dentro de critérios muito
951rígidos, onde você vai produzir um adubo contento micronutrientes. Pelo menos a
952documentação, toda a discussão que eu vi é isso. Inclusive o nosso nobre colega
953Ivens colocou uma coisa que eu ia falar, ninguém está falando aqui em utilizar resíduo
954perigoso, a indústria também não está falando isso. Estamos falando em utilizar um
955insumo com características de aplicação agrônômica dentro de segurança e
956respeitando a questão de risco ambiental. Então, a discussão está em cima disso, por
957isso que eu sou a favor da regulamentação, sou a favor, por esse motivo, porque na
958verdade, se nós formos analisar nada na crosta terrestre incluindo o nosso é
959desprovido de metais os que estão aqui regulados, mesmo os perigosos. A questão é
960se os insumos, oriundos de processos ou outros quaisquer têm condições de atender
961a produção de micronutrientes para aplicação em solo da mesma maneira que
962estivesse utilizando um minério qualquer retirado do solo sem contaminação, ação
963trópica, porque todos os solos, todos os minerais têm contaminantes, têm traços de
964elementos, isso não tem como ficar livre dele não.

965

966

967O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais) –
968Permite-me um aparte, inclusive os fertilizantes que importamos.

969

970

971O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Todos, sem exceção, na crosta
972terrestre sim, imagino que seja em outros planetas também, a questão é outra, de nós
973darmos realmente racionalidade a esse processo, dá para fazer? Se a resposta é sim
974e aqui alguns dizem que sim, eu acho que dá, pelo conhecimento que eu tenho dá
975para fazer com segurança, a questão é nós regulamentarmos para darmos, não é
976José Cláudio? Além da questão agrônômica, a questão ambiental, tudo bem, pode
977utilizar, mas tem que atender tais preocupações. Eu acho que é em cima disso que
978deveríamos evoluir e que o grupo deve evoluir. Eu sei que existe uma corrente forte
979de querer proibir a utilização de resíduos para qualquer coisa, mas quem conhece
980cinética química sabe que não tem jeito, você sempre vai ter subproduto, você tem o
981produto principal e tem o seu produto, isso é inerente às transformações naturais, é lei
982natural, não tem como você ficar livre disso. Nós dependemos desses produtos para a
983nossa sociedade, e o que sobra disso? O que fazemos? Nós enterramos ou nós
984reaproveitamos? Acho que a discussão está muito em cima disso. Podemos
985reaproveitar? Muitos colegas aqui da área acadêmica dizem que sim. Eu acho que
986essa discussão tem que acontecer dentro do Grupo de Trabalho, com consenso ou
987não, e não acredito em momento algum que vá haver consenso, acho que vai haver
988dissenso, mas em cima de um texto base, dizer o que pode e o que não pode, para
989essa Câmara analisar e deliberar sobre esse tema de uma vez por todas e não ficar
990nessa, pode ou não pode. A minha observação seria em cima disso, ninguém está
991falando aqui em aplicar resíduo no solo ou não, está falando em poder utilizar isso
992como fonte de micronutriente para fabricação de fertilizante, essa é que é a grande
993discussão. Incluindo exceções de contaminações orgânicas e tudo que nós acharmos

58

20

59

994que nós não podemos ter que e ninguém está falando em usar resíduo perigoso. Pelo
995menos aqui o texto que o professor Alfredo Rocca apresentou está falando isso,
996inclusive isso em consenso por parte do setor produtivo. Era isso. Obrigado.

997

998

999**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais)** – Nós
1000temos, só, por favor... É porque nós temos inscritos...

1001

1002

1003(*Intervenção fora do microfone*)

1004

1005

1006**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais)** – Eu só
1007quero lembrar aos senhores que os Grupos Técnicos são criados para identificar as
1008diversas opiniões, eles não são criados para ter consenso. Nós aqui nessa Câmara é
1009que fazemos a primeira versão com os dissensos apresentados. Só quero dizer isso.
1010Eu acho que realmente vocês cumpriram o trabalho, existem posições diversas, é rico,
1011não quer dizer que não possa continuar discutindo, mas nós também temos que ouvir
1012as várias opiniões e tentar construir, aí sim, nessa Câmara, uma proposta, por
1013consenso ou não. E depois enviar ao CONAMA. Vou passar ao Alfredo, depois
1014Auridenes, depois eu estou inscrito e depois a Cássia. Pergunto se mais alguém quer
1015se inscrever.

1016

1017

1018**O SR. ALFREDO ROCCA (CETESB/SP)** – Bom, eu queria falar aqui que a primeira
1019vez eu falei em nome, como representante da CETESB, agora eu falo em nome do
1020coordenador do GT, mas não trazendo aqui conceitos diversos de representantes do
1021GT, mas na qualidade de coordenador do GT e com base na experiência profissional
1022que eu tenho e que foi o que definiu meu nome para estar coordenando esse GT. Aqui
1023fala-se muitas coisas, é interessante que eu vejo que às vezes as partes falam a
1024mesma coisa, vendem essa coisa de lados diferentes. É aí que eu vejo a possibilidade
1025de voltar um GT para chegar em mais consenso do que nós conseguimos até hoje,
1026mas eu queria falar algumas coisas aqui. Nós temos que enxergar essa temática na
1027ótica do momento nacional que nós estamos vivendo, eu destaco três coisas, o
1028primeiro é a maior valorização do brasileiro de passar a acreditar em si mesmo de que
1029vai passar a fazer as coisas melhor do que fez no passado, porque ficar usando
1030coisas do passado para justificar práticas do futuro é não acreditar no povo brasileiro.
1031Hoje nós estamos aqui com a representante da França em Brasília pedindo nosso
1032apoio para sua candidatura ao FMI, isso para mim como cidadão brasileiro é de
1033grande valor, ou seja, estão começando a acreditar no brasileiro, então nós temos que
1034acreditar no brasileiro. A segunda questão é a Política Nacional de Resíduos que
1035mostra que nós temos que procurar a valorização dos resíduos antes do descarte
1036como rejeito. Então isso é uma coisa que tem que nortear as decisões desse grupo. A
1037terceira questão a que é aí que eu reputo que estamos evoluindo é de conhecer
1038melhor a qualidade dos nossos solos, particularmente do solo agrícola, passando
1039reconhecer que prática também é potencialmente poluidora. Então, também nesse
1040sentido eu acredito que a área da agricultura já reconheceu isso e nós temos a
1041condição de evoluir. Isso é o cenário que nós temos que refletir. Indo mais
1042objetivamente, quando eu falo, olha, quando se fala que existe dificuldade de fiscalizar
1043uma Resolução que proíbe, na minha visão de fiscalizador a dificuldade é a mesma

1044quando você vai fiscalizar alguma que regulamente. Então, o fato de proibir não
1045resolve este problema, na minha visão profissional. Se você fizer coisas afinadas com
1046políticas e com consensos de todas as partes, porque isso eu posso dizer de cátedra
1047que é uma evolução que de quem trabalha na área ambiental está entendendo que
1048talvez quem esteja fora não está enxergando. O mero comando e controle é coisa do
1049passado. Não significa que você fazendo proibições tem garantias, porque a
1050sociedade vai tender a burlar o que ela não acordar. Nessa visão, se nós
1051conseguimos uma Resolução de consenso dizendo o que é possível, eu acho que é
1052mais favorável. De qualquer maneira as coisas precisam ficar claras. Ninguém quer o
1053uso de resíduo perigoso. Lamentavelmente nosso colega saiu, eu ia esclarecer. É
1054lógico que metais pesados que são estes que estão questionando conferem
1055periculosidade de resíduos. Portanto, ninguém fala em usar resíduo perigoso para
1056fabricação de micronutriente. Uma idéia que no passado foi realmente praticada é
1057lamentável e leva essa desconfiança que nós temos aqui hoje. Ninguém está falando
1058isso. Nós vamos falar em usar o resíduo que tenha a substância de interesse
1059agronômico em quantidade que seja interessante, que não contenha essas
1060substâncias tóxicas, carcinogênicas ou etc. que nos causam preocupação e a maneira
1061que alguém possa fazer para fiscalizar tudo isso. Então, eu encerro a minha palavra
1062aqui, mostrando que existem muitos pontos aqui que nós poderíamos amadurecer no
1063consenso.

1064

1065

1066**A SR^a. AURIDENES ALVES MATOS (FURPA)** – Senhor presidente, com a sua
1067permissão, eu gostaria de ouvir as manifestações do Ministério Público e em seguida
1068o Hélio.

1069

1070

1071**O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (ATP/CAO/MO/SP)** – Em primeiro lugar eu
1072gostaria de fazer um destaque bem enfático porque o objeto desse grupo é resíduos
1073industriais, em geral e nossa crítica e nossas preocupações são em relações a todos
1074os resíduos e nosso encontro temático foi feito com base nisso, a participação dos
1075pesquisadores foi feita com base nisso, os demais resíduos que estão em discussão
1076contem os elementos que são prejudiciais e que não são de interesse para as plantas,
1077então, não está em discussão a dissociação dessa preocupação para nós. Os nossos
1078posicionamentos trazem consigno a proposta está vinculando todo tipo de resíduo,
1079não estamos fazendo crítica só aos resíduos perigosos porque nós sabemos que
1080esses resíduos, nessa categoria que eles têm, na condição que eles têm, na
1081dificuldade que eles geram eles podem criar os mesmos problemas que nós estamos
1082colocando aqui. Então, todas as críticas são válidas. E deixar claro que quando as
1083discussões são complexas as discussões rodam em círculos e ao longo dessas
1084rodadas vão se abandonando variáveis relevantes. Então a discussão aqui não é só
1085de viabilidade de gestão, não é só de controle e fiscalização precária, admitida por
1086todos e reconhecidas por todos. É de questão de conhecimento técnico científico para
1087arbitrar qualquer valor aceitável, essa é a nossa crítica. Não há como sustentar
1088valores aceitáveis desses poluentes nos solos, os valores de prevenção que foram
1089definidos pela Resolução CONAMA 420 não são adequados e nem permitem, não são
1090padrão de qualidade de solo e nós temos questionamentos técnicos e científicos em
1091relação a isso. Então vejam, tem a questão científica que envolve o solo, que envolve
1092conhecimento técnico do solo atual, como é que está a sua situação, os efeitos
1093desses poluentes no solo, as interações com a água, as possíveis contaminações de

1094 água, interações ecológicas, organismos do solo, plantas, situações de sinergia que
1095 foram aqui colocados. Quando se fala das outras questões, que nem o Alfredo coloca
1096 da questão de enxergar a agricultura como algo a ser discutido nesse debate, não há
1097 contrapartidas claras de ninguém, infelizmente, em relação a isso. Onde está o
1098 controle ambiental da agricultura? Não se tem essa discussão. Então, se nós
1099 tivéssemos técnicos da CETESB em São Paulo ou nos outros lugares do Brasil
1100 fazendo coleta de solo nas áreas agrícolas com frequência, algum programa de
1101 monitoramento em relação a isso, alguma coisa acontecendo, alguma visibilidade,
1102 mas estamos sem visibilidade alguma, do ponto de vista da sustentação técnica
1103 científica, temos questionamentos de ordem legal que dizem respeito à questão de
1104 constitucionalidade. Temos questionamentos de ordem de viabilidade de gestão e
1105 temos dúvidas tecnológicas. A somatória de tudo isso, o esgotamento de todos esses
1106 assuntos com as fontes de consulta que nós tivemos contato e que estão aqui parte
1107 delas nos sustentando, nos permitem concluir que não há elementos que demonstrem
1108 a viabilidade ambiental dessa prática. Então se o Ministério do Meio Ambiente toma
1109 conhecimento de que há elementos que colocam em dúvida, que não está
1110 demonstrada a viabilidade ambiental de uma prática algum encaminhamento que
1111 resguarde o meio ambiente diante dessa questão teria possível de ser feito, que
1112 passa pela possível indicação da proibição dos resíduos industriais em geral para
1113 esse fim, apontando outras medidas cabíveis ou então orientando a sociedade,
1114 dizendo, minha gente, o nível de conhecimento científico é ainda inicial, temos pouca
1115 informação, não temos um sistema de gestão de solos, não temos ainda como
1116 controlar essa atividade, então, nós não podemos fazer isso, fiquem atentos, porque a
1117 partir de agora nós vamos começar a avaliar os solos para fazer um diagnóstico de
1118 situação, vamos falar com a comunidade científica em caráter representativo nacional
1119 para discutir o tema e não com um ou outro núcleo de ciência e vamos fazer o debate
1120 com a devida abrangência, mas com as devidas contrapartidas, nós não podemos, a
1121 partir de uma Resolução que fala de uso de resíduos industriais para fins de um
1122 produto, perder de vista que toda uma série de acontecimentos aí que estão
1123 envolvidos vão se desenvolver de forma temerária e sem contrapartida não há como
1124 atestar viabilidade ambiental dessa proposta.

1125

1126

1127 **A SR^a. AURIDENES ALVES MATOS (FURPA)** – Senhor presidente eu falei as
1128 representações do Ministério Público.

1129

1130

1131 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais)** – Pois
1132 não.

1133

1134

1135 **A SR^a. KARINA KEIKO KAMEI (MP/SP)** – Karina, promotora de justiça do estado de
1136 São Paulo, coordenadora da área do meio ambiente do Centro de Apoio do Ministério
1137 Público de São Paulo. Muito rapidamente eu gostaria de colocar cinco pontos, bem
1138 rapidamente. O primeiro é o conceito de poluição. Que a própria Lei da Política
1139 Nacional de Meio Ambiente, que é a degradação da qualidade ambiental, que é
1140 qualquer alteração adversa das características do meio ambiente. Então, introduzir
1141 qualquer tipo de poluente no solo nos parece que seja exatamente isso, a poluição.
1142 Segundo ponto, me preocupa muito o caminhar de uma lógica muito perigosa que o
1143 Dr. Ivens já colocou que é no sentido de que se os órgãos não dão conta de aplicar

1144efetivamente a Lei, então, se muda a Lei para regularizar essas atividades que
1145anteriormente eram ilegais Nós temos que lembrar que a Lei não tem a capacidade de
1146alterar a natureza das coisas. O terceiro ponto, que a experiência de autorizar
1147determinadas atividades para depois estruturar os órgãos de controle e fiscalização,
1148nós sabemos que não tem dado muito certo, em geral tem provocado muitos prejuízos
1149e muitos desses prejuízos são irreversíveis. Então, eu pergunto aos Conselheiros,
1150porque não alterar essa lógica? Porque não primeiro buscar a estruturação dos
1151órgãos do SISNAMA para depois se discutir a viabilidade da regulamentação desse
1152assunto. Já para encerrar eu pergunto, é possível retirar todos os metais pesados, as
1153matérias poluentes desses resíduos para que depois sejam utilizados na fabricação
1154de fertilizantes? E se é possível isso, os nossos órgãos de fiscalização estão
1155devidamente estruturados para fazer esse controle, essa fiscalização? Então, se for
1156possível, nós poderíamos discutir. E por fim, lembrar que o princípio da precaução não
1157se confunde com o princípio da prevenção, o princípio da precaução é a máxima do
1158dúbio pró-ambiente, na dúvida, se nós temos dúvida, a dúvida milita em favor do meio
1159ambiente.

1160

1161

1162**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais)** – Só
1163antes de passar, depois do Hélio Lopes está inscrita a Cássia eu, e eu vou fechar as
1164inscrições, Alex, Ministério das Cidades, vamos encerrar as inscrições, só um minuto
1165Elio, Zilda, CNI com o professor Luis Roberto, mais alguém? Porque nós estamos
1166andando em círculos. Auridenes ou são todas as pessoas? É você? Auridenes,
1167Carlos, só isso, estão encerradas.

1168

1169

1170**O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – Até respondendo a última pergunta
1171da promotora Karina de que se é possível remoção desses contaminantes.
1172Obviamente que não, a tecnologia industrial de controle de poluição não dá 100% de
1173eficiência. Senão o órgão ambiental seria companhia e supressão da poluição e não
1174companhia de controle da poluição. Então, nós chegamos sempre a um valor, são os
1175padrões, dentro daquilo que a tecnologia vai evoluindo e consegue cada vez mais
1176remover isso da matéria-prima ou do resíduo, enfim. Eu discordo um pouquinho aqui
1177que nós podemos eliminar esses elementos tóxicos do resíduo, nós vamos ter que
1178trabalhar em cima do resíduo, quando se fala, fala o controle do resíduo, não do
1179micronutriente, porque a situação hoje atual é a seguinte, toda indústria gera resíduo,
1180menos a de micronutriente, essa não gera, essa o resíduo é misturado e termina no
1181cliente lá no final. É a única indústria que não gera resíduo no seu processamento. Se
1182nós hoje fôssemos permitir, fizéssemos uma Resolução com valores, com critérios, eu
1183diria que uma ou duas indústrias de micronutrientes estariam em condições de
1184atender, perto daquilo que eu visitei, porque não existe processamento físico/químico
1185no sentido de remover dos resíduos esses contaminantes e aí sim você usar isso
1186como matéria prima. O que se faz hoje, na maioria das indústrias, é uma mistura de
1187resíduo A com resíduo menos perigoso, ou com material inerte para se chegar a um
1188valor aceitável. De todas que eu visitei, somente uma eu consegui verificar um
1189processo, estava na época no Ministério Público e assim mesmo haveria necessidade
1190de aprofundar mais na questão do processo industrial. O grande problema do órgão
1191ambiental é o conhecimento do processo industrial. Eu tive o privilégio, antes de
1192trabalhar, eu trabalhei em indústria de fertilizante, eu comecei, quando começou
1193ULTRAFET de Cubatão, eu trabalhei, eu trabalhei em processo industrial. Então eu

70

24

71

1194sei muito bem o que acontece e quando você tem, por exemplo, quando se fala,
1195quando eu coloquei aqui no início dos 50.000 PPM, esses 50.000 PPM, inclusive
1196encontrado no produto final dele, qual é o controle? Como é que você pode fazer uma
1197diluição, ou melhor, um controle se eu tenho lá, por exemplo, 100.000 PPM de cinco,
1198tantos mil PPM de manganês e tenho X PPM de chumbo, de cádmio, mercúrio, que
1199são os metais alto peso molecular e, portanto chamados metais pesados,
1200considerados tóxicos para a agricultura? Fazendo simplesmente o quê? Uma diluição.
1201Em meio ambiente diluição não pode ser aceito de maneira nenhuma, ela abre um
1202precedente perigosíssimo, inclusive para o controle da poluição no estado de São
1203Paulo e quiçá no Brasil, porque se fosse assim, por exemplo, a indústria de cloro e
1204soda, por exemplo, que tem um grande problema de mercúrio, simplesmente diluiria
1205seu efluente, atingiria o valor, porque, aliás, a Resolução CONAMA ela precisa,
1206inclusive ser alterada nesse aspecto, porque embora tenha um Artigo que proíba a
1207diluição, na prática operacionalmente é inviável. Vá fiscalizar, por exemplo, uma
1208cozinha com galerias por tudo que é lado, saber se está diluindo ou não e a
1209Resolução CONAMA trabalha em concentração de miligramas por litro, o que permite
1210a burla da fiscalização através da diluição. Teria que trabalhar em massa, em quilos
1211para evitar esse tipo de coisa. Então no processo industrial não há condições,
1212atualmente, nessas empresas, de se fazer essa separação via um processo de
1213remoção físico/químico. Essa é a razão que lá em 2000, no meu relatório eu coloco
1214que teria que ter uma normatização, teria que ter sim uma separação, mas que teria
1215que se proibir de imediato o uso de resíduo para esse processo, porque ele não está
1216capacitado para isso. Por esse motivo que na situação atual, na tecnologia assistente,
1217tanto industrial como de controle, eu fiz minha colocação aqui de proibir de imediato o
1218uso de resíduo e sim vamos trabalhar nesse intervalo no GT para se chegar a um
1219consenso mesmo, inclusive se nós sairmos agora daqui e formos às indústrias de
1220fertilizantes ou de micronutrientes nós vamos encontrar a mesma situação que eu
1221coloquei lá em 2000 e pouco e não é só a questão da contaminação da agricultura, é
1222a contaminação de quem está no Entorno. Em Paulínia a indústria de micronutrientes
1223lançava no seu produto final, lá no produto final que está indo para o agricultor, 50.000
1224PPM de chumbo. Imagina o que não está saindo pela chaminé, o que não está saindo
1225pelo efluente do lavador de gases, o que não está sendo absorvido pelo trabalhador?
1226A matéria é eminentemente de ponto de partida ambiental, ambiental na sua origem,
1227no gerador e naquele que está utilizando a matéria-prima de forma totalmente
1228inadequada. Era só isso. Obrigado.

1229

1230

1231**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais) –**
1232obrigado. Cássia.

1233

1234

1235**A SR^a. CÁSSIA RANGEL (MS) –** Bom, só retomando aqui algum ponto do que o
1236professor Alfredo colocou, a questão da fiscalização da proibição é totalmente
1237diferente da fiscalização do uso. Uma vez que você tenha a fiscalização do uso, tem
1238que ter todos os órgãos ambientais capacitados, com capacidade analítica para
1239analisar aquele resíduo e saber se está acima ou abaixo dos teores que seriam
1240determinados no caso de se ter uma regulamentação. A fiscalização da proibição é
1241você fiscalizar a indústria de que aquele resíduo gerado, que já está previsto dentro
1242da política, ele vai ter o destino ambientalmente adequado. Então você tem um reforço
1243muito maior e uma facilidade muito maior de fiscalizar proibição do que de fiscalizar a

1244utilização, a permissão. Retomando um pouco o que foi colocado pelo Ivens, perdi
1245uma parte da fala, mas o Wanderley que colocou bem, nós não estávamos tratando
1246da regulamentação do uso de resíduos perigosos, mas nós estávamos, aliás, a
1247aplicação direta do resíduo, nós estávamos tratando do beneficiamento de um resíduo
1248para ser utilizado como fonte de micronutrientes, mas uma coisa que foi colocada e
1249essa era a grande preocupação é que uma ainda, até hoje não se evoluiu nessa
1250tecnologia para viabilizar esse resíduo, para o beneficiamento desse resíduo e uma
1251vez que os resíduos industriais têm sim contaminantes que permitem serem
1252classificados como perigosos, como o próprio professor Rocca falou que ele confere
1253periculosidade como os metais pesados, então essa é a grande preocupação. Ou
1254seja, nós não estamos tratando aqui de resíduos que são completamente livres de
1255substâncias que não são perigosas. Não. Nós estamos preocupados justamente com
1256esses resíduos que podem conter metais pesados que são considerados perigosos e
1257que podem até... Que são considerados como carcinogênicos. Uma última questão
1258para ser colocada que até agora não foi abordada, só quero trazer para cá, que é a
1259questão da saúde do trabalhador, que é outra grande preocupação, por enquanto
1260estamos falando da questão da saúde como um todo, do entorno, do meio ambiente
1261que engloba também o trabalhador, mas o trabalhador por estar diretamente lidando
1262com essa substância ainda tem uma carga de exposição muito maior e essa é uma
1263preocupação aí também do Ministério da Saúde.

1264

1265

1266**O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO JUNQUEIRA (Governo de Minas Gerais)** – Ok. Eu
1267que estou inscrito agora. Eu só quero lembrar, porque acho que foi bem colocado aí,
1268nós estamos voltando, andando em círculos, além do mais estamos saindo do tema.
1269Eu achei importante dizer que ouvi um equívoco muito grande de querer comparar
1270isso resíduo com droga, são duas coisas completamente diferentes. Então, nós temos
1271resíduos, norma 10.004 classifica, os perigosos e os não perigosos, entre os
1272perigosos podem ser perigosos por diversas questões, bom lembrar sempre que uma
1273lata de tinta que sobrou um pouco de tinta que nós pintamos nossa casa é um resíduo
1274perigoso pela norma. Então, aqui o Wanderley deu uma boa resgatada, nós estamos
1275tratando da normalização ou da regulamentação de uso de resíduos industriais
1276indicados com matéria prima, tem razão, ele é genérico, mas a regulamentação seria
1277proposta exatamente para dizer quais poderiam e quais não poderiam, quais
1278poderiam, que característica que eles teriam, se, por exemplo, se pode proibir que
1279tenha metais pesados, que se tenha até determinadas condições, porque isso, na
1280prática, acontece com todos. Se nós pegarmos a regulamentação de co-
1281processamento de resíduos, nós vamos ver isso, que tem alguns resíduos, estamos
1282falando aqui para solo, o outro é para o ar, nós temos resíduos que não podem nem
1283entrar no co-processamento, outros podem entrar até determinado nível de
1284concentração, o Élio Lopes lembrou uma coisa que eu acho que é muito importante na
1285discussão que ainda não tinha aparecido, é a questão da diluição. Tem toda a razão.
1286Nós temos que tomar um cuidado dólar muito grande para que resíduos não venham,
1287que nós tenhamos indústrias que na verdade nada mais são do que diluidoras de
1288resíduos para falar que são micronutrientes, então eu acho que a regulamentação
1289também é importante para em hipótese alguma permitir isso, e isso está ocorrendo. O
1290que é realmente o processamento, como o Wanderley falou de resíduos que você
1291possa tirar deles nutrientes, coisas que são importantes para as plantas e não
1292prejudicam o meio ambiente. Então, a regulamentação ela tem esse caráter
1293importante de vedar algumas coisas e regulamentando o que poderia e o que não

1294poderia, aí volto ao discurso da Mariana Silva hoje e da Isabela da norma dizer o que
1295pode e o que não pode, porque é muito fácil dizer nada pode, nós sabemos que isso
1296não vai vingar, eu acho que nós temos, viu Élio, um grande problema na nossa
1297legislação ambiental, você colocou bem, que é a questão da concentração, aí seja
1298para efluentes líquidos, nós estamos trabalhando muito com concentração, não
1299trabalhamos com carga, quando deveríamos trabalhar com carga como alguns países
1300já estão trabalhando porque o que interessa é discutir a capacidade do suporte do
1301meio em função da carga não é da concentração, isso é um equívoco que eu acho
1302que está generalizado na legislação ambiental, mas também eu acho que nós não
1303podemos ficar aqui nesse processo ficar discutindo o problema dos órgãos
1304ambientais, porque se assim fosse, o CONAMA não deveria ter regulamentado nada,
1305os órgãos ambientais também nenhum no País tem toda a capacidade para ver o
1306problema dos efluentes líquidos, para a qualidade do ar não tem nada. Nós temos que
1307avançar e eu até vejo de uma outra forma, a regulamentação acaba puxando a
1308necessidade dos órgãos ambientais se aparelharem. Então, essa aí para mim é um
1309dilema falso de dizer não vou porque o órgão ambiental não tem capacidade, aí o
1310órgão, também não vou porque não tem regulamentação. Então, acho que é muito
1311importante que nós voltássemos à discussão sim ao GT, nós vamos entrar, depois
1312nas últimas intervenções, na fase de proposta, eu acho que ainda tem, porque acho
1313que tem algumas coisas em comum que eu identifico entre as partes e acho que o
1314grupo vai ter essa capacidade de identificar alguns consensos, que sejam poucos e os
1315dissensos e aí sim virá para a Câmara, aqui não é o GT aqui vai ser o lugar para
1316decidir em primeira instância. Vamos lá, pela ordem. O Alex do Ministério da Cidade.
1317Que ele disse que não falou ainda, o que não quero dizer que não vai ter uma
1318importante contribuição.

1319

1320

1321**O SR. ALEX MAGALHAES (Ministério das Cidades)** – Boa tarde a todos, eu me
1322solidarizo com essa questão do desvio do foco da reunião, que eu acho que realmente
1323por várias vezes a reunião discutiu assuntos que não estavam na pauta, inclusive a
1324estruturação dos órgãos ambientais, acho que tem mérito essa questão da
1325estruturação dos órgãos ambientais, mas em outro momento talvez em outro Grupo
1326de Trabalho, talvez em outra Câmara Técnica. Eu, como também integrante da equipe
1327que está elaborando o Plano Nacional de saneamento básico, que também tem uma
1328aderência muito grande com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, eu imagino que
1329toda iniciativa que tem como objetivo a redução, reutilização e reciclagem de resíduos
1330ela é importante, ela merece um mérito e tem que ser estudada. Eu tenho enquanto
1331aluno de doutorado uma das minhas professoras comentava que o ideal seria que não
1332existissem mais resíduos sólidos tudo fosse transformados em recursos sólidos, talvez
1333essa seja uma possibilidade aí que está em debate. Só para lembrar também
1334exemplar, quem come gelatina e já foi a uma indústria de gelatina sabe o potencial
1335que o ser humano tem de transformar uma matéria em outra. Acho que talvez seja
1336interessante também. Eu fico feliz também no decorrer do debate a Universidade, as
1337Universidades tenham realizado seu papel de vanguarda aí realizando pesquisa e
1338disponibilizando dados e informações que vão servir de base para que se tome
1339decisões contra ou a favor da regulamentação do objeto que está sendo debatido.
1340Talvez o último encontro técnico que foi feito, foi em abril de 2009. Em 2 anos o
1341desenvolvimento tecnológico ele evolui muito. Talvez seja interessante nos
1342encaminhamentos fazer uma atualização das informações que ocorreram lá, porque
1343certamente muita coisa mudou. De um lado e de outro, são duas frentes que estão se

1344colocando. Lembrando também que me solidarizo com as preocupações ambientais
1345elas têm que existir sim, eu acho que não podemos fazer nada de forma
1346irresponsável, queremos transformar resíduos sólidos em recursos sólidos e
1347queremos regulamentar isso de alguma forma aqui na Câmara Técnica, eu acho que
1348isso tem que ser feito de forma muito responsável e sendo levadas em considerações
1349todas as preocupações ambientais que foram colocadas aqui também. Eu aguardo,
1350comentando, finalizando, aguardo ansiosamente o momento dos encaminhamentos,
1351porque eu acho que tudo que foi colocado vai servir de base para o próximo passo
1352que seriam os encaminhamentos, e um deles até adiantei que era a questão de talvez
1353atualizar o encontro técnico.

1354

1355

1356**A SR^a ZILDA MARIA FARIA VELOZO (Governo de Alagoas)** – Eu só queria fazer
1357uma defesa à resolução 420 e ao trabalho que a CETESB implementou, porque eu
1358acho que é importante para esse nosso andamento futuro. Eu fico extremamente
1359chateada quando escuto o Ministério Público que ela não serve para nada. Ela foi uma
1360discussão de 7 anos, os valores que não servem para nada. Eu não te interrompi.
1361Meu entendimento você já fez isso no GT, em outras oportunidades em nome do
1362Ministério Público é de que esse trabalho praticamente não é um trabalho que possa
1363ser no qual nós possamos nos basear. Isso foi um trabalho e continua sendo, mas foi
1364um trabalho de mais de 10 anos da CETESB, em parceria com outros governos,
1365outros países e que resultou numa norma para o Estado de São Paulo que hoje é o
1366único que teria essa norma consolidada, é o único que controla que tem inventário e
1367serviu de base para a resolução que foi discutida por quase 7 anos nesse Conselho.
1368Não gosto quando eu escuto isso, e acho que ela é à base do nosso trabalho aqui. Se
1369ela vai ser revista daqui a 4, 5, 6 anos ótimo, ela primeiro precisa ser implementada
1370efetivamente. Ninguém em momento algum aqui está regulamentando poluição. Hoje,
1371vamos ser práticos, prática do Estado, me corrija José Cláudio e Alfredo que têm um
1372pouco mais de dia-a-dia disso do que eu. Hoje uma indústria gera resíduos? E através
1373do licenciamento ambiental você autoriza a saída daqueles resíduos para um
1374determinado lugar, você não autoriza a saída desses resíduos para o uso em outro
1375lugar, você autorizou, olha eu estou repassando tantas toneladas de resíduos para a
1376indústria tal de micro nutriente, a saída daquele resíduo daquela unidade industrial e a
1377entrada, é isso que o órgão regulamenta, porque isso é hoje o que ele tem na
1378resolução disponível sobre licenciamento ambiental. O que nós estamos identificando
1379aqui que já é extremamente positivo? Nós identificamos aqui que esses resíduos
1380estão, como não há regulamentação então não cabe aquilo Cássia aquilo que você
1381falou, que os órgãos precisam ser capacitados para avaliar, não é o órgão que avalia,
1382o órgão pode fazer uma contraprova se necessário, dentro do licenciamento ambiental
1383quem gera aquele resíduo é quem informa e mostra a composição daquele resíduo,
1384isso faz parte do licenciamento ambiental. Normalmente no processo de licenciamento
1385a menos que haja dúvidas, você não faz contra prova para tudo, faz contraprova para
1386tudo? De jeito nenhum, e existe uma lei que nos respalda, se você declarou de
1387maneira incorreta você responde juridicamente sobre essa informação incorreta.
1388Então tem que ter o mínimo, o Estado não pode ser um eterno controlador,
1389fiscalizador, punidor, tem que haver um mínimo sentar-se à mesa com a indústria e
1390discutir isso. O que eu acho que deve ser o nosso foco aqui, concordo com José
1391Cláudio, com você e vários aí que falaram Alex também na diluição do foco, existem
1392outros assuntos que afloram nessa discussão, são extremamente importantes como o
1393que o Hélio levantou, mas acho que existe uma experiência em curso que é a 420, ela

1394pode nos ajudar em algumas coisas e ela está aí para ser colocada no papel, isso é
1395criticado daqui a um tempo, que nem nós vamos fazer agora com efluentes, efluentes
1396vai ter uma grande revisão em função dos parâmetros, mas vai haver uma grande
1397revisão da resolução esse trabalho começa daqui a 15 dias na Câmara de controle
1398ambiental. Eu acho que nós precisamos desmistificar um pouco, quando nós falamos
1399de uso corrente, só para deixar bem claro nós está falando do órgão de Meio
1400Ambiente do Estado que controla aquela atividade industrial e anui ou não com a
1401saída de determinado resíduo para outra planta. O que agora nós queremos criar é
1402um novo filtro para isso, é dizer resíduo perigoso não pode para a indústria de
1403micronutrientes ou para uso direto, para uso direto não pode mais porque a política já
1404está dizendo que não pode, mas criar esse filtro se é possível criar esse filtro, de dizer
1405o que vai e para onde pode ir, é isso que nós estamos querendo delimitar, é esse o
1406novo universo. Provavelmente isso vai impactar algum setor produtivo, temos que
1407ouvir esse setor e acho que a Câmara Técnica é o melhor espaço para isso.
1408Obrigada.

1409

1410

1411**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Como
1412o Vanderlei pediu a palavra para o professor Luís Roberto.

1413

1414

1415**O SR. LUIZ ROBERTO GUIMARÃES GUILHERME (UFLA)** – Eu gostaria de trazer
1416algumas informações para um respaldo técnico científico, mas eu ia exatamente falar
1417o que a Zilda falou, eu vou se a Zilda me permitir eu vou chover no molhado. Eu quero
1418frisar isso que existem vários estudos que já estão sendo feitos já foi feito uma
1419colocação da francesa que veio aqui, me permitam colocar uma observa cão pontual,
1420eu tive oportunidade na minha vida de passar 4 anos nos Estados Unidos e não
1421conheço até hoje nenhum trabalho de monitoramento integral dos Estados Unidos
1422com elementos traços fazem-se em alguns Estados, e há pouco tempo atrás eu fiquei
1423um ano e meio na França a francesa está vindo aqui coincidentemente eu estava lá,
1424eu estava no instituto de pesquisa que estava fazendo o seu primeiro monitoramento
1425de valores para elementos traços, fazendo um grid de 60 por 60 quilômetros um
1426trabalho muito interessante no instituto de pesquisa agrônômica que fica na cidade de
1427Orleans que é o depósito deles lá de selos. São trabalhos que estão começando,
1428estamos fazendo isso no Brasil primeiro a informação que eu quero colocar é de
1429respaldo técnico científico, vai haver uma mesa redonda na primeira semana de
1430agosto, acho que seriam interessantes todos aqueles que estão presentes
1431participarem, que vai discutir exatamente valores orientadores. Eu tenho discordância
1432de valores orientadores com certeza fui chamado lá para participar da revisão de 2005
1433aquilo foi feito com fundamento, podem discordar de parâmetros que foram colocados,
1434mas a avaliação de risco ela não é a posição final, é para dar um indicador se houve
1435algum problema você vai à área para fazer monitoramento. Se discordem ou não, o
1436mesmo critério foi usado na 420, nós estamos fazendo isso agora Minas Gerais está
1437finalizando com o professor de Viçosa o Jânio que coordena esse grupo, o nordeste
1438tem um grupo que está sendo coordenado pelo professor Clístenes da Federal de
1439Pernambuco, ele vai estar nessa mesa redonda, o Paraná o professor Vander da
1440Federal de Curitiba, o Rio de Janeiro tem o professor esqueci o nome dele agora que
1441está presente nesse grupo, em São Paulo há questionamentos com relação às
1442determinações da CETESB, então o pessoal do agrolúrico, o pessoal da ESALQ vão
1443estar todos presentes discutindo os valores orientadores. Pará está presente com o

1444 professor Antônio, nós sabemos, por exemplo, que temos anomalias muito grandes no
1445 Pará e Minas Gerais quando nós começamos ou quando há questionamentos de
1446 valores lá, agora esses valores agora foram feitos com base em critério, existe todo
1447 um procedimento foi publicado o primeiro trabalho na Holanda, foi feito e podemos
1448 questionar eu mesmo questionei valores que foram colocados, mas tem critérios e
1449 durante todo esse tempo tem sido gerado informação relevante para colocar nessas
1450 bases de dados. O negócio é, vamos acumular mais e mais informações, vamos fazer
1451 mais e mais monitoramentos. Para isso só para finalizar eu coloco aqui vale à pena
1452 colocar, o Ministério da Agricultura fez um grande edital em 2008 financiando, colocou
1453 120 milhões, nunca isso foi feito na história do Brasil, isso foi feito 120 milhões de
1454 reais para fazer um grande programa de pesquisa na área agrícola e uma das
1455 grandes linhas era qualidade inocuidades de insumos. Eu graças a Deus tive o mérito
1456 de ser premiado e nós mandamos proposta e ela é julgada por nossos pares no Brasil
1457 inteiro, temos pelo menos 3 revisores, depois ela passa por um Conselho aqui no
1458 CNPq e nós julgamos essa proposta. Nós estamos a depois anos fazendo avaliações
1459 em áreas agrícolas, os nossos trabalhos têm sido apresentados para saber como é
1460 que está a situação de áreas agrícolas onde se usa diversos insumos. Nós temos
1461 focos em fosfatados, porque é um aporte de cádmio natural principalmente as rochas
1462 que nós importamos e temos ainda os portadores de micronutrientes, isso está sendo
1463 feito e neste último ano agora saiu um grande edital do CNPq chamado repensa que
1464 está exatamente nessa linha de monitoramento de áreas agrícolas nós entramos e
1465 conseguimos um recurso razoável que vai dar para fazer pesquisa para 4, 5 anos. Eu
1466 sou pró a sempre estar avaliando as pesquisas. Não concordo com números, mas a
1467 minha obrigação é ir as reuniões e mostrar com todos científicos que existe o número
1468 e que está sendo colocado lá como já falei, existe um trabalho de avaliação de risco
1469 que nós fizemos um grupo que já trabalha há muito tempo, que está na Internet para
1470 ser questionado, existe um software que está para ser questionado. Nós usando
1471 essas ferramentas nós temos condições sim de construir legislações. Agora se
1472 concordam ou não vamos gerar informação e vamos aperfeiçoar essa 420 é boa e
1473 não a obrigação é ir lá e falar não é boa porque nós temos em Minas Gerais, X, y e Z.
1474 Então é isso que gostaria de enfatizar. Muito obrigado.

1475

1476

1477 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) –**
1478 Terminamos agora com os dois últimos inscritos Auridenes e o Carlos Bocuhy.
1479 Auridenes, por favor.

1480

1481

1482 **SR^a. AURIDENES ALVES MATOS (FURPA) –** Senhores e senhoras, essa questão
1483 dos resíduos industriais nós lá no Estado do Maranhão nós tem a Vale e a Alumar e
1484 no Entorno ali tem muitas pessoas da área rural lá. Olha é tanta preocupação. Nós
1485 falamos aqui também e algumas pessoas comentaram pelo o que eu já pude ouvir,
1486 todos concordam a fragilidade da gestão. É impressionante isso causa uma
1487 preocupação tão grande Sr. Presidente, senhores e senhoras é uma preocupação
1488 sem fim, porque quando falamos da fragilidade e da quase ausência da gestão, nós
1489 ficamos totalmente desprotegida, as comunidades desprotegidas e a própria
1490 população como um todo, é uma preocupação não sei se já ouviram falar daquelas
1491 situações, eu acredito que em outros Estados devam ter senão parecidas ou piores
1492 em fim, mas é de uma preocupação nós ouvimos muito as pessoas próximas dali
1493 falando dos problemas que comumente eles temos lá e que às vezes muitas pessoas

1494morrem de câncer, é uma complicação na própria assembleia nós temos ouvido essas
1495preocupações de alguns parlamentares. Nós temos essa preocupação que eu
1496acredito que todos vocês concordam, é realmente uma fragilidade muito grande da
1497gestão, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual, seja no âmbito municipal.
1498Então eu entendo que não tem como dissociar o que estamos discutindo aqui com
1499essa questão da relação do aprimoramento da gestão ambiental. Eu entendo que não
1500tem como separar. Então fica aqui a nossa preocupação com essas questões e
1501vamos verificar o que pode ser feito. Obrigada.

1502

1503

1504**SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Eu queria só antes de entrar na parte de
1505encaminhamentos, registrarem que o dissenso que foi colocado não é um dissenso
1506qualquer ele foi representado por representante do Ministério Público, Ministério da
1507Saúde, ambientalistas, Associação brasileiro de agroecologia e o Instituto Ambiental
1508do Paraná. Esses atores sociais eles se manifestaram no Grupo de Trabalho pela não
1509regulamentação em função das insuficiências de elementos que nos dão segurança,
1510é mais ou menos como dizer vamos colocar todo o pessoal do CONAMA e fazer um
1511vôo de avião até São Paulo, mas se nós precisarmos colocar o pessoal do CONAMA
1512para fazer um vôo até a França nós vamos ter que ter uma qualificação, a segurança
1513técnica, uma segurança de tecnologia, de arcabouço institucional, transportando isso
1514para a engenharia da gestão do Estado e essa segurança ela não é de forma alguma,
1515dissociada do que nós discutimos aqui hoje. Eu tenho que trabalhar uma normativa, o
1516Conselheiro que vai depositar seu voto nessa perspectiva ele tem que ter a segurança
1517de que aquilo que ele está afirmando no seu voto ele tem uma segurança da
1518factibilidade. O que foi levantando no dissenso não é simples, foi levantado a
1519insegurança científica dos solos, as dúvidas sobre a possibilidade de retirada dos
1520poluentes, a dúvida sobre a saúde do trabalhador, do manejo desse sistema e
1521também a dúvida da falta de auto aprimoramento do Sistema Nacional do Meio
1522Ambiente, principalmente dos órgãos de controle. Então nós não estamos aqui
1523colocando que para qualquer situação nós tenhamos que discutir o Sistema Nacional
1524de Meio Ambiente, mas estamos colocando que o sistema de Meio Ambiente ele deve
1525se auto-aprimorar, nós devemos ter mecanismos de auto-aprimoramento do sistema
1526que nos dêem essa segurança de implementação. É nessa perspectiva que essa
1527avaliação mais estratégica ela passa por uma leitura nossa daquilo que vai acontecer
1528no País dentro de 2, 3 anos, primeiro da Política Nacional de resíduos sólidos. Nós
1529não começamos a implementar essa política ainda, a cadeia produtiva vai mudar, vai
1530se transformar. Será que não estamos colocando a carroça na frente dos bois, será
1531que nós não estamos querendo discutir alguma coisa de resíduo enquanto esse
1532resíduo deveria ser em grande parte eliminado na cadeia produtiva. Será que nós não
1533vamos sinalizar para a sociedade uma forma de gestão de alguma coisa que será
1534absorvida de outra forma não como resíduo, mas como matéria prima para outras
1535questões muito mais seguras do que a questão de nutrição, de saúde, de solo e de
1536alimento? Porque certamente o que nós estamos tratando é aquilo que vai parar na
1537nossa água e vai parar também na nossa comida. Então é nesse sentido que os
1538encaminhamentos eu faço coro a perspectiva da Dr^a Karina no sentido da precaução,
1539do princípio da precaução que me parece nesse episódio que nós estamos tratando
1540aqui do CONAMA por se tratar de saúde pública, por se tratar de saúde dos
1541ecossistemas é prioritário nessa discussão. E também pensarmos que os valores
1542indicadores da 420 são muito altos de fato, nós sabemos que os padrões da Holanda
1543são altos para a segurança da saúde pública e que e isso deve ser de alguma forma

1544repensado. Para finalizar eu gostaria que o Roberto Fajolidian apenas colocasse uma
1545pequena.

1546

1547

1548**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Nós

1549encerramos as inscrições Carlos Bocuhy, desculpe aí eu vou dar margem. Peço

1550compreensão nós ainda não entramos nos encaminhamentos.

1551

1552

1553**O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – E nós consideremos também que grande parte

1554desse processo que está ocorrendo aqui hoje, vem de São Paulo e vem por uma

1555grande pressão econômica do setor produtivo. É claro que o setor produtivo quer

1556acomodar seus problemas, mas nós temos que pensar prioritariamente nessa

1557segurança que é na saúde pública.

1558

1559

1560**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu vou

1561consultar os Conselheiros agora sobre uma questão operacional. Nós terminamos a

1562fase de discussões, acho que foi muito rica apesar de termos repetido um pouco, mas

1563acho que foi muito bom, acho que parte a parte nós podemos perceber que nós temos

1564opiniões divergentes, inclusive do ponto de vista científico, todos muito balizados, mas

1565não há um consenso e até acho que não seja bom que não haja mesmo, porque isso

1566só estimula uma maior discussão. Se nós interrompemos agora e voltamos após o

1567almoço para os encaminhamentos ou se os senhores preferem que nós adiantemos

1568agora a discussão com os encaminhamentos, se o estômago pode aguentar mais. O

1569que vocês preferem? Então nós vamos passar para os encaminhamentos e vamos só

1570lembrar que o que nós estamos encaminhando é uma proposta de norma para a

1571utilização não, ou com restrições e quais restrições de resíduos industriais indicados

1572como matéria prima para fabricação de produtos fornecedores. Já havia sido

1573adiantado pela a Conselheira Geraldina disso voltar para o GT. Eu só antes de avaliar

1574isso ou outros que venham, queria perguntar e pedir ajuda aos universitários aqui do

1575CONAMA, como é que está isso do ponto de vista formal Adriano? O GT está

1576existindo, podemos voltar? O prazo dele já se inspirou, nós teríamos que aprovar um

1577novo prazo? Gostaria que nos esclarecesse. O Adriano está me informando que o

1578prazo dele foi prorrogado essa prorrogação se espirou, mas nós aqui temos a

1579competência para prorrogar, quer dizer, se assim for decidido pels Conselheiros, nós

1580poderíamos realmente voltar com isso para o GT e podemos prorrogar esse prazo até

15816 meses quer dizer que podemos prorrogar por 1 mês, 2, 3 até no máximo 6 meses.

1582Então nós termos uma proposta da Geraldina de voltar esse assunto para o GT. Vou

1583abrir agora para os Conselheiros fazerem o encaminhamento ou se pronunciarem a

1584respeito desse encaminhamento. Auridenes pode falar.

1585

1586

1587**A SR^a. AURIDENES ALVES MATOS (FURPA)** – Senhor presidente, eu gostaria que

1588o colega Carlos pudesse falar agora.

1589

1590

1591**O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Nós não vemos saídas, com relação

1592conversando com as pessoas aqui que tem dissenso com relação a essa proposta

1593aqui essas questões que são prioritárias sejam aprofundadas de volta para o GT.

1594Então, por exemplo, as dúvidas científicas, a capacidade do SISDAMA do Sistema de
1595Meio Ambiente na implementação, acho que isso é fundamental essa apresentação
1596nunca foi feita quer dizer nós temos aí uma agenda de trabalho e me parece muito
1597interessante para nós continuarmos a discussão.

1598

1599

1600**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Mais
1601algum Conselheiro? Se nós temos consenso de retornar isso ao GT.

1602

1603

1604**SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A proposta é exatamente essa, e
1605só que eu acho José Cláudio que nós deveríamos pelo menos tentar dar um norte
1606para que o Grupo de Trabalho fizesse, trouxesse para nós um produto não apenas
1607para decidir não vai ter regulamentação que se traga uma proposta de texto, com
1608todos os dissensos possíveis vocês não concordem coloque não em tudo, mas que
1609traga alguma proposta palpável, factível que nós possamos analisar e deliberar, dá
1610para a gente fazer ou não? Não dá para fazermos Isso que eu gostaria de
1611encaminhar.

1612

1613

1614**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Estou
1615querendo saber se há consenso de retornar ao GT? Sim. Então é uma unanimidade.
1616Eu só quero lembrar, eu não sei, quer dizer, também vou pedir ajuda ao Adriano, com
1617a questão da coordenação Adriano a coordenação permanece a mesma? A
1618coordenação da SETESB.

1619

1620

1621**A SR^a CÁSSIA RANGEL (MS)** – Pelo o que eu olhei na pauta eu acompanhei a
1622relatoria toda do primeiro momento, depois o Érick assumiu e como ele acabou de se
1623desligar do Ministério da Saúde, não sei se na última reunião ficou sem relator, você
1624sabe me dizer?

1625

1626

1627**SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Só para isso nós tivemos uma grande
1628dificuldade por falta de ata das reuniões.

1629

1630

1631**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – O
1632Matote está me lembrando aqui só para uma questão de formalização e colocar na
1633ata, nós na verdade estamos ou estaremos deliberando pelo restabelecimento do GT,
1634porque o GT já esgotou o prazo regimental dele com as prorrogações. Para deixar
1635gravado na ata, estou encaminhando a votação o restabelecimento do GT. Temos
1636concordância de todos fica restabelecido o GT, a proposta é que se permaneça a
1637coordenação pela CETESB e a relatoria pelo Ministério da Saúde. Pergunto aos
1638Conselheiros se estão todos de acordo? Então permanece a coordenação pela
1639CETESB e a relatoria pelo Ministério da Saúde. Vamos nos detalhes observação do
1640Carlos BOCUHY. Eu quero lembrar que o GT ele tem que ter uma ata porque até no
1641site do CONAMA sendo do GT tem lá o resumo de reunião, para que todos porque só
1642relembrar gente, que o GT, a idéia do GT é que nós possamos ouvir o maior número
1643possível de interessados, seja os órgãos governamentais, as entidades

1644ambientalistas, o setor empresarial, a academia, tanto os órgãos municipais, como
1645estaduais ou do nível federal para que possamos ouvir das várias regiões do País, e é
1646muito importante que tenha esse resumo da reunião porque tem muitas pessoas que
1647participam ou querem participar virtualmente, ela vai lá vê o que foi discutido e manda
1648as opiniões dela que passarão a ser discutidas lá no GT. Agora, só quero lembrar
1649mais uma vez que não é obrigação do GT construir, ter o consenso, procurar o
1650consenso sim, e o Wanderlei lembrou uma questão interessante, depois do prazo que
1651nós colocarmos, aí você que está representando hoje a CETESB, Alfredo, o produto
1652desse GT é, como de todo GT, uma proposta de minuta, ainda que tenha divergência
1653em todos os artigos, mas tem que dizer isso, o grupo propõe isso e o outro grupo
1654propõe aquilo. No que tem consenso e no que tem dissenso para vir a essa Câmara
1655para discutirmos aí sim ter uma primeira decisão.

1656

1657

1658**O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Eu queria é só uma dúvida, se o dissenso foi
1659agora pela não regulamentação, como é que nós poderíamos construir uma minuta
1660nesse sentido?

1661

1662

1663**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Como
1664não é obrigatório ter uma minuta consensuada um grupo apresenta uma minuta e o
1665outro pode apresentar nada ou dizer, sou contrário, não, ou apresento porque eu não
1666entendi aqui, eu vi várias falas ao contrário, a maioria diz que sou a favor da
1667regulamentação ainda que seja regulamentação assim restringindo a tudo, porque eu
1668tenho uma regulamentação do zero ao tudo.

1669

1670

1671**O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Só para entender, essa Câmara Técnica
1672recomenda.

1673

1674

1675**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – A
1676Câmara Técnica, não estou dizendo que a norma, o GT que ele tem que procurar qual
1677é o papel do GT? Ouvir os diversos segmentos da sociedade, das diversas regiões do
1678País e trazer propostas. Então não somos obrigados a apresentar minuta, nós temos
1679que trazer propostas.

1680

1681

1682**O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – O GT deve trazer as propostas devem já vir
1683em forma de minuta de resolução.

1684

1685

1686**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Agora,
1687pode ser até que venha uma proposta.

1688

1689

1690**O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – O Regimento Interno diz que deve vir em
1691forma de...

1692

1693

100

101

1694 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Não, é
1695a norma, é o corrente, pode vir em norma de minuta ou não. Se tem um grupo que
1696quer apresentar em forma de minuta ele poderá fazê-lo, ele não precisa ter um
1697consenso do GT para falar vai ser minuta.

1698

1699

1700 **O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de ter esse conhecimento do
1701ponto de vista regimental.

1702

1703

1704 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Sim,
1705ele apresenta propostas e o Regimento não fala a forma que ele tem que trazer a
1706proposta, ele pode trazer em forma de minuta e não precisa ter consenso para trazer
1707em forma de minuta não, estou dizendo porque eu já vi que tem já tem uma proposta
1708em forma de minuta, ele pode trazer o Regimento não fala em que forma. O corrente é
1709trazer em forma de minuta, portanto, não é proibido como não é obrigatório. Eu estou
1710dizendo que é corrente trazer em forma de minuta porque facilita a discussão dessa
1711Câmara, mas não é obrigado, mas também não é proibido. Então foi restabelecido o
1712GT com a coordenação da CETESB, relatoria do Ministério da Saúde. Falta deliberar
1713o prazo que essa Câmara Técnica dará ao GT. Em discussão aí proposta.

1714

1715

1716 **O SR. ANDRÉ** – Na escolha do prazo para a coordenação é possível fazer um novo
1717encontro técnico? É possível a elaboração de um novo encontro técnico, tendo em
1718vista que o último foi feito há 2 anos atrás?

1719

1720

1721 **O SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Já que me foi feito uma pergunta que queria
1722aproveitar para colocar a minha posição. Nós precisamos evoluir se está dentro do GT
1723veja o que aconteceu até agora. Existia certo grau de falta de visão da matéria com
1724todos os seus aspectos, foi feito um primeiro GT, o que gerou muito foi só debates em
1725função desses GT. Nós precisamos tomar o cuidado de não transformar essa nova
1726Constituição aí do GT em outra coisa análoga. Vem o Fórum permanente de
1727discussão e não se chega a nada. Eu vou dizer aqui o que na minha visão de
1728coordenador seria mais produtivo, não sei se todo mundo concorda ou não, não sei se
1729posso fazer isso ou não. Por gentileza é o que estou falando que é uma dúvida minha
1730até para você na presidência e para ele que é Universitário do CONAMA. Que é o
1731seguinte fazer meramente outro encontro técnico, acho que podemos até fazer, mas
1732não vai se constituir em duas reuniões do GT como foi ao anterior, porque o anterior
1733gastou duas reuniões para organizar encontrar técnico e mais outra reunião que seria
1734encontro técnico. Podemos programar, mas como foi feito em solos uma coisa
1735paralela em data que não configure uma data de reunião do GT, isso eu acho que
1736seria até interessante. Outra coisa que eu coloco se tivesse que sair, por exemplo,
1737uma minuta, agora eu não sei se eu posso fazer isso, mas eu posso eventualmente
1738dizer que São Paulo poderia oferecer uma proposta e eu não sei como funciona isso,
1739porque nós estamos coordenando o GT, mas pode vir alguém de São Paulo ou a
1740própria coordenação de São Paulo trazer, porque o que eu quero dizer é que nós
1741temos trabalhado muito paralelamente em São Paulo e eu vejo que tudo que nós
1742fizemos paralelamente evoluiu muito do que tinha originalmente questionado na

1743direção do que se pretende. Poderia ser uma solução começar com uma minuta que
1744nós, que o Estado de São Paulo ofereça.

1745

1746

1747**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Alfredo
1748deixe dizer uma coisa. A metodologia, isso o Estado de São Paulo, o Estado de
1749Alagoas, os ambientalistas, quem for podem apresentar minutas. A metodologia de
1750trabalhar a parte de algo concreto é muito mais fácil isso fica a critério da
1751coordenação. Apresenta ela pode ser rejeitada na íntegra, pode ser aceito 2 artigos,
1752essa metodologia cabe a você. Eu imagino que pelo tempo que esse encontro já
1753existiu já tem muitas opiniões, existem poucos consensos, muito dissenso, eu acho
1754que nada impede a metodologia, aliás, é a mais usada. Se apresenta uma proposta e
1755é discutida a partir dessa proposta. Agora isso cabe a você, como coordenador de
1756apresentar lá. Eu também acho que essa questão aí do encontro é ótimo que ocorra
1757isso, o professor já disse que vai ocorrer outro, eu proponho que isso não seja um
1758ponto da metodologia que obstrua seu desenvolvimento, porque eu vi aí, porque você
1759marca um encontro, aí fica o GT discutindo como é que vai ser o encontro e o prazo
1760acaba. Então que tenha esse encontro, ou aproveitem encontros como o professor
1761falou aí que já tem, para discutir essas questões, ótimo, só enriquece o debate, mas
1762que o GT realmente assuma o compromisso no final do prazo que vai ser determinado
1763por essa Câmara, ele apresente uma proposta ou apresente N propostas. Voltemos à
1764discussão do prazo para o GT.

1765

1766

1767**O SR. ANDRÉ** – Principalmente se houver o encontro técnico, a pergunta inicial foi se
1768houver a possibilidade da realização do encontro técnico, eu sugeriria os 6 meses.

1769

1770

1771**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Parece
1772que independente disso há uma concordância, estou entendendo que seja de 6
1773meses. Agora se vai ter o encontro técnico específica aí a coordenação, mas que
1774assuma o compromisso de trazer propostas ou proposta que melhor for é regimental,
1775está dizendo é regimental, ao fim dos 6 meses tem que trazer proposta ou propostas
1776para essa Câmara, decidido.

1777

1778

1779**O SR. ALFREDO ROCCA (CETESB)** – Só querendo clarear mais, quando começou o
1780GT começou um grupo de pessoas que tinham muita incerteza, muita insegurança,
1781muita falta de informação. Essa fase nós tivemos o mais genérico possível, foi
1782planejado um encontro de 3 dias, 6 blocos, todos os temas ligados foram debatidos.
1783Talvez nós poderíamos adotar uma metodologia de começar o próximo enxergando
1784alguma coisa e identificar pontos agora mais específicos, e a partir daí se fazer um
1785encontro técnico que seria discutido paralelamente e ocorrido paralelamente às 6
1786reuniões do GT que vão ocorrer, é uma sugestão minha, daí eu vejo mais produtivo,
1787porque começar do zero acho que é difícil. Nós precisamos tentar trazer pessoas que
1788clareiem melhor os pontos que são mais fundamentais e mais polêmicos, para
1789contribuir para ir fechando um consenso, porque senão partir do zero de novo não vai
1790levar a nada.

1791

1792

1793 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – É claro
1794 que não, até porque esses anos todos aí não podemos jogá-los fora. Acho que é
1795 muito importante Alfredo você resgatar, acho que a discussão foi muito importante,
1796 que esse GT ele não é um GT para regulamentar o uso de resíduo na agricultura, mas
1797 é o uso de resíduo industrial como matéria prima para a indústria que vai ter como
1798 produto fertilizantes. Achei muito interessante uma observação que o professor Luís
1799 Roberto falou que eu acho que todos nós devemos refletir que as rochas fosfatadas
1800 que importamos têm muito cádmio, e me lembrei agora também tem cádmio e eu me
1801 lembrei que o calcário lá de Minas Gerais ele tem metal pesado. Então fazer essa
1802 reflexão, nós estamos colocando no solo fertilizantes, corretivos de solos que têm
1803 metais pesados. Então e aí até voltando à lei nacional de resíduos sólidos, é
1804 interessante porque até corrigi aqui o primeiro não é precaução não, é não geração,
1805 ele confundiu. E aí na escala ela vai para o reaproveitamento e para reciclagem.
1806 Então a própria Política Nacional de resíduos sólidos ela induz a aproveitar resíduos
1807 para diversas finalidades, evidentemente, com toda preocupação de não contaminar o
1808 solo, isso é evidente, mas não podemos ter o preconceito de que não podemos
1809 colocar no solo elementos que já estão nos nossos fertilizantes importados e mesmo
1810 produzidos aqui. Então fica restabelecido o GT, CETESB e Ministério da Saúde têm
1811 uma grande responsabilidade e pela observação do Carlos de fazer os resumos das
1812 reuniões, você que é a relatora, colocar no site para que todos possam acompanhar.

1813

1814

1815 **O SR. CARLOS BUCUHY (PROAM)** – Vamos filmar todas as reuniões e vamos
1816 disponibilizar no site ou na íntegra tudo que for trabalhado, acho que nós temos uma
1817 memória na íntegra.

1818

1819

1820 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Mas
1821 isso não vai eliminar que a Cássia nos faça lá o resumo.

1822

1823

1824 **A SR^a CÁSSIA RANGEL (MS)** – Não sei se vai ser eu, vamos ver.

1825

1826

1827 *(Intervenção fora do microfone).*

1828

1829

1830 **O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Centro de Apoio Operacional do Ministério
1831 Público)** – Sobre?

1832

1833

1834 **A SR^a CÁSSIA RANGEL (MS)** – Sobre a metodologia que nós comentamos na
1835 reunião.

1836

1837

1838 **O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Centro de Apoio Operacional do Ministério
1839 Público)** – Só queria manifestar minha preocupação e contar com o apoio de todos
1840 aqui da Câmara Técnica, para que a identificação desses pontos específicos que nós
1841 queiramos discutir e trazer em relação a eles elementos de prova importantes que
1842 sustentem nossos posicionamentos seja amplamente considerados e que não haja

1843nenhum direcionamento em relação a isso. Nós consideramos relevantes trazer
1844elementos sobre viabilidade tecnológica, sobre viabilidade de gestão, sobre aspectos
1845científicos, alguns desses pontos que foram evoluindo nessa discussão e chegaram
1846até aqui. a partir daqui porque certas afirmações elas não se esgotaram e certas
1847informações não estão demonstradas e daí nós queremos ter essa oportunidade de
1848gerar de trazer esses elementos de provas, só estou sinalizando isso como uma
1849sugestão de encaminhamento, que nós tenhamos a liberdade nesse grupo como vem
1850tendo, de propor quais os pontos que nós gostaríamos de gerar os elementos de
1851prova, não só para subsidiar a pauta desse encontro técnico que o senhor resgatou
1852para servir de estruturação dos assuntos que serão discutidos, como para poder
1853resguardar a nossa oportunidade de trazer os elementos em nível de maior detalhe
1854que nós não conseguimos gerar até agora.

1855

1856

1857**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu só
1858quero lembrar teve uma regulamentação que também foi de uso de resíduo alguns
1859aqui participaram, que foi o lodo de tratamento de esgoto para aplicação na agricultura
1860que deu uma polêmica grande também, e isso faz parte e que houve quando chegou
1861à Câmara Técnica para várias propostas ou afirmações virem acompanhados de
1862laudos e foi até interessante, porque nós recebemos os laudos de pesquisadores uns
1863falando uma coisa, outros falando completamente contrário de Universidades e etc. e
1864eu acho que isso é muito importante porque isso dá subsídio à Câmara que ela depois
1865vai ter que tomar uma decisão, mas isso faz parte da metodologia acho que é
1866importante, porque isso subsidia mais e não é só, vamos dizer a fala, mas são
1867documentos escritos, assinados e isso com certeza deve subsidiar a justificativa das
1868propostas. Então fica restabelecido o grupo, para um prazo de 6 meses, dizendo que
1869os encontros técnicos podem ou não ocorrer, podem aproveitar os encontros paralelos
1870que tenham, mas é importante como é regimental trazer proposta ou propostas para
1871essa Câmara. Pedir ao Matete aqui do Ministério que nos ajude.

1872

1873

1874**O SR. EDUARDO MATTEDI** – Só umas informações práticas sobre o funcionamento
1875do Grupo de Trabalho que eu notei que havia algumas no artigo 36 do Regimento em
1876vigor que é o antigo estão sendo instituído assim por esse Regimento, o grupo é
1877criado para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias. Ele tem sim que
1878apresentar proposta. O relator caberá ao relator no prazo de até 10 dias úteis da
1879realização de cada reunião, o encaminhamento à Secretaria Executiva do CONAMA
1880dos resumos das reuniões ocorridas, isso é um instrumento aqui também regimental.
1881As propostas dos Grupos de Trabalho são encaminhadas para deliberação da
1882Câmara Técnica, deverão ser elaboradas preferencialmente de forma a representar
1883um consenso preferencialmente entre os órgãos e entidades integrantes do Grupo de
1884Trabalho, cabendo preliminarmente às Câmaras Técnicas e em definitivo ao plenário
1885a decisão sobre pontos divergentes das matérias em discussão. Já tinha esclarecido
1886isso. As propostas encaminhadas para a Câmara Técnica ou para o plenário deverão
1887ser acompanhadas de justificativas por escrito em particular no que se refere aos
1888pontos polêmicos e divergentes. Eu acho que nos ajuda aqui esclarecendo o que vai
1889ser esse trabalho nesses 6 meses.

1890

1891

1892**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Então,
1893encerramos a discussão e o encaminhamento desse item e eu pergunto aos senhores
1894Conselheiros se podemos fazer um intervalo? Pois não.

1895

1896

1897**A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOZO (Governo de Alagoas)** – Que o informe seja
1898dado antes da discussão do item 2, que é um informe mais rápido.

1899

1900

1901**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Pedir
1902você pode.

1903

1904

1905**A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOZO (Governo de Alagoas)** – Pedir eu posso.

1906

1907

1908**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Você
1909quer que decidamos isso agora ou depois.

1910

1911

1912**A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOZO (Governo de Alagoas)** – Acho que sim,
1913porque daí conforme for a pessoa que dará esse informe ela pode logo às 2 horas ou
1914demorar um pouco mais.

1915

1916

1917**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – A
1918Conselheira pede inversão de pauta do item 3.1, antes do item 2.2. Eu pergunto aos
1919Conselheiros se estão todos de acordo ou se há alguma proposta em contrário? OK?
1920Então está aprovada a inversão de pauta. Quero dizer a Srª a procuradora que nós
1921temos assuntos gerais, vamos fazer agora o intervalo para o almoço, mas se a Srª
1922quiser alguma comunicação breve.

1923

1924

1925**A SRª KARINA KEIKO KAMEI (MP/SP)** – Como foi dito que já é prática a corrente o
1926uso dos resíduos para formação de micro nutrientes, se é possível alguma
1927recomendação no âmbito do CONAMA ou mesmo do Ministério do Meio Ambiente
1928para que os órgãos ambientais de fiscalização intensifiquem a fiscalização enquanto
1929não se regulamenta, porque nós sabemos que todo mundo falando que estão usando,
1930então nós precisamos fiscalizar isso daí.

1931

1932

1933**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu
1934posso dizer por Minas Gerais é fiscalizado, não quer dizer que ele esteja usando e
1935esteja incorreto, porque se não tem nada que proíbe. Depende, por exemplo, eu tenho
1936normalização para alguns tipos de resíduos. Se vier uma federal uma restritiva eu vou
1937ter que mudar a minha, agora eu estou fiscalizando, vou perguntar aqui também, acho
1938que quem faz recomendação não sei se em Câmara faz recomendação, mas são só
1939Conselheiros, o Ministério Público tem assento no plenário, acho que a Srª deve
1940encaminhar isso aos representantes do seu setor no plenário para que faça essa
1941recomendação. Então vamos interromper para o almoço. Voltamos às 14h00min.

1942

1943

1944

1945(*Intervalo para o almoço*)

1946

1947

1948**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Então, vamos lá, reiniciando, item 2.2 processo 020000007162011/01, proposta de Resolução do CONAMA nº 362/2005 que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado. O assunto é a alteração do art. 9º da Resolução CONAMA 362/2005, que pede que o MMA apresente o percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado na segunda reunião do Conselho de cada ano e não na primeira reunião (*Inaudível*). Em discussão.

1956

1957

1958**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Você vai discutir, ponto por ponto, porque junto dessa tem uma proposta do IBAMA, por isso que eu pedi retirada da pauta na reunião passada. Um assunto é esse, o outro é a mudança dos artigos 16 e nós consolidamos lá, tinha um parecer que ficou no site, o que nós fizemos foi consolidar as duas numa só.

1963

1964

1965**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – O art. 9º (...) apresentado na primeira e na segunda reunião? Eu pergunto se com relação a isso, se há alguma observação, se todos estão de acordo? Então está aprovada a mudança do art. 9º para a segunda reunião. Agora, tem outros temas?

1969

1970

1971**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Tem. O próximo, art. 2º. Deixa explicar primeiro qual é a lógica disso. Deixa eu explicar. A Resolução 362 tem, nos anexos 1 e 2, a forma como os fabricantes de óleo, aquelas pessoas que comercializam, que têm que recolher e quem recolhe tem que destinar, então, são anexos com planilhas de dados. A própria Resolução também diz que quem vai decidir as metas, eu não me lembro que artigo era, o MMA e o Ministério do Meio Ambiente, através de uma portaria conjunta definiram as metas de recolhimento. Então, quando há essa definição das metas, cada órgão já se estruturou para isso. Hoje o IBAMA, a declaração é no Cadastro Técnico Federal e é um formulário diferente do que consta nos anexos. Então, o que nós estamos pedindo? É o que está lá hoje. É diferente disso hoje.

1982

1983

1984**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – O que está projetado é o que ele é hoje?

1986

1987

1988**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – É o que é hoje. A Resolução hoje. Nós já estamos discutindo aqui as suas sugestões, eu posso até passar a palavra para o Gilberto. O art. 9º já foi encerrado, agora eu quero que você explique o art. 16. Passo a palavra para o Gilberto.

1992

1993

1994 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – A proposta do IBAMA se refere à questão
1995 da informação obtida pelo controle previsto na Resolução 362. A proposta que nós
1996 apresentamos como necessária seria a eliminação dos anexos 1 e 2. Com a
1997 eliminação você tem rebatimento nos artigos 16, 19 e 20 e 21, que é onde você coloca
1998 um pouco mais detalhado as informações que você vão ser solicitadas aos atores da
1999 Resolução. E conseqüentemente nós achamos prudente colocar ainda um artigo novo
2000 para nos dar autonomia de quando for necessário atualizar as informações, nós
2001 pudéssemos fazer um, por meio de Instrução Normativa, com fundamentação técnica,
2002 ou seja, justificando porque estaríamos cobrando determinada informação desses
2003 atores. Então, a nossa proposta foi já tinha sido enviada para o CONAMA e agora
2004 peço que se repita qual era a pergunta com relação ao artigo?

2005

2006

2007 **SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Aí tem a
2008 redação com eliminação dos anexos 1 e 2 nós mudamos o artigo, os senhores
2009 querem ver como está hoje?

2010

2011

2012 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu só
2013 tenho uma dúvida na forma e nos prazos definidos Instrução Normativa, do IBAMA?

2014

2015

2016 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Isso. Instrução Normativa do IBAMA.

2017

2018

2019 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu
2020 acho que era melhor explicitar.

2021

2022

2023 **SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – O art. 19
2024 da 362, nas obrigações do coletor, então é mudar o inciso III que fala exatamente de
2025 prestar ao IBAMA quando solicitado. Então, nós modificamos para: prestar ao IBAMA
2026 quando solicitado, antes a redação era um pouquinho maior, a cada trimestre e não é
2027 a cada trimestre, é anualmente. O óleo lubrificante usado ou contaminado por
2028 produtor e importador.

2029

2030

2031 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Esses
2032 detalhes vão vir na Instrução Normativa.

2033

2034

2035 **SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Isso
2036 mesmo. E no artigo 20 onde fala das obrigações dos refinadores, hoje prestar ao
2037 IBAMA quando solicitado ao órgão estadual do meio ambiente até o 15º dia do mês
2038 discurso subsequente a cada trimestre civil, informações mensais relativas a e aí
2039 substituí por prestar ao IBAMA e quando solicitado ao órgão estadual de meio
2040 ambiente, informações relativas à geração, coleta, destinação dos óleos usados ou
2041 contaminados nas formas e nos prazos definidos em Instrução Normativa do IBAMA

2042também. O outro é o 21, também é a mesma coisa. São obrigações dos recicladores,
2043isso é o *caput* hoje do 21, nos processos de reciclagem previstos no art. 3º desta
2044Resolução, então, é uma redação similar às anteriores. Então, nós acrescentamos só
2045no final isso. Prestar, quando solicitado e tal e tal e tal. São essas. E um novo artigo,
2046proposta, sei lá, depois do 21, seria o novo 22, esse artigo, ler-se-ia da seguinte
2047forma, o IBAMA deverá atualizar e sempre que necessário regulamentar por meio de
2048Instrução Normativa, com fundamentação técnica, a forma de cadastramento e os
2049procedimentos para inclusão das informações a serem solicitadas aos produtores,
2050importadores, coletores e refinadores de óleos lubrificantes usados e contaminados.

2051

2052

2053**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – É só
2054uma dúvida, o *caput* está falando passa a vigora com a seguinte redação, então não é
2055um novo artigo, já existia um. Então não passa a vigorar, porque passa a vigorar eu já
2056tinha uma redação e vou passar a vigorar como uma nota. Então está ok. Eu achei
2057que não tinha 22.

2058

2059

2060**SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Eu coloquei X, X porque era no fim ou onde
2061acharem necessário.

2062

2063

2064**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Porque
2065do jeito que está redigido fica falando que o 22 está sendo substituído por esse. Eu
2066acho que é incluir novo artigo, onde couber, com a seguinte redação. Porque aí faz a
2067renumeração. Porque quando nós vamos introduzir um novo artigo, porque aí é uma
2068resolução que está tendo artigos introduzindo novos artigos da outra. Eu acho que a
2069redação correta é incluir novo artigo na Resolução do CONAMA, onde couber, com a
2070seguinte redação e aí, o pessoal faz a renumeração e inclui esse lá.

2071

2072

2073**SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma questão. Nós estamos
2074aqui, na verdade, modificando e complementando a 362, então, acho que está claro,
2075até semelhante a 357 que nós aprovamos recentemente e o seguinte, nesse caso aí,
2076até passar para o José Alberto, ele quer fazer uma colocação, em qualquer critério o
2077IBAMA pode atualizar isso ou não deveria ser ouvido pelo menos os setores ou o
2078GMP, na verdade, a dúvida que eu teria seria essa?

2079

2080

2081**SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – A proposta é justamente a fundamentação
2082técnica, nada vai ser simplesmente arbitrário, nós temos uma justificativa e
2083provavelmente vai ser consultado o GMP porque o IBAMA, como parte integrante do
2084GMP vai buscar o consenso também do grupo, não tem nada saindo de novo da
2085cartola.

2086

2087

2088**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Isso aí
2089nós temos que ver o seguinte do jeito que está escrito o IBAMA ele toma a decisão
2090unilateralmente.

2091

2092

2093**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Mas mediante fundamentação técnica e
2094com relação a cadastramento e prestação de informações.

2095

2096

2097**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Sim,
2098Gilberto, mas vai ser unilateral.

2099

2100

2101**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Mas a própria Resolução já determina que
2102o gerador, que o produtor preste informações ao IBAMA. Não é nada novo.

2103

2104

2105**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Olha
2106bem a redação, a redação não é quanto à informação propriamente dita, é a forma de
2107cadastramento e procedimentos para inclusão, isso não diz respeito ao conteúdo
2108daquilo que vai ser inserido, o conteúdo vai ser decidido. Está falando forma e
2109procedimento.

2110

2111

2112**O SR. JOSÉ ALBERTO** – Mas Zilda, ninguém está questionando isso. Eu, por esse
2113artigo estou passando algo deliberadamente direto para o IBAMA. O que eu estou
2114querendo ressaltar aqui? Que o GMP seja ouvido, mais nada. Se está tudo bem,
2115fundamentado, (...) cadastro, apresentou, OK, tchau e benção.

2116

2117

2118**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** –
2119Gilberto e Zilda, eu acho que não prejudica em nada se colocar o IBAMA deverá
2120atualizar e, sempre que necessário, acho que até o sempre que necessário é
2121indispensável, porque ele não vai atualizar quando não for necessário. Eu colocaria o
2122IBAMA deverá atualizar, ouvido o GMP, por meio de Instrução Normativa, porque
2123ouvido é pelo menos uma forma do setor saber que vai acontecer e até de opinar
2124porque mesmo sendo só a forma, Zilda, eu acho que é importante, porque por
2125exemplo, vamos imaginar que o IBAMA fala assim, não, a partir de agora vai ser on-
2126line. E aí acho que é importante o outro lado saber, eu tenho condição de ser on-line?
2127Então, ouvido não prejudica.

2128

2129

2130**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Concordamos com a proposta.

2131

2132

2133**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA NACIONAL)** – Uma colocação que
2134eu até já tinha antecipado com o Gilberto, além dessa que já foi feita, é com relação à
2135Instrução Normativa do IBAMA, a questão de prazo para isso e fazer essa Instrução
2136Normativa, quando é que vai se fazer isso?

2137

2138

2139**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Olha, o prazo, após, vocês podem discutir
2140qual seria o melhor prazo, vai ser feito uma Instrução Normativa, a Instrução
2141Normativa tem um período de tramitação dentro do IBAMA que é o natural, chega até

2142no máximo 30 dias, quando tem consulta pública, mas se os conselheiros acharem
2143prudente colocarem um prazo de 3 a 6 meses para sair essa IN eu acho que não
2144prejudica, porque a partir do momento que isso aí for publicado, nós já podemos
2145começar a trabalhar na melhoria do sistema e na melhoria da qualidade das
2146informações. Fica a critério de vocês.

2147

2148

2149**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Eu
2150posso dar um palpite? O Gilberto falou assim, “olha, a IN, nós devemos demorar um
2151mês” e aí faz esse trâmite jurídico que às vezes dá um pouco mais de um mês e você
2152coloca em consulta pública, depois consolida as informações, eu acho que de 4 a 6
2153meses talvez fosse um prazo razoável.

2154

2155

2156**O SR. EDMILSON (Técnico da gerência de resíduos perigosos)** – Eu acho, agora
2157eu vou fazer primeiro uma pergunta para o Gilberto, Gilberto, a sua intenção com uma
2158Instrução Normativa são várias instruções normativas a se preverem para o futuro,
2159não é?

2160

2161

2162**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Sim.

2163

2164

2165**O SR. EDMILSON R. COSTA (Técnico da Gerência de Resíduos Perigosos)** – Mas
2166você antevê a possibilidade de mais de uma?

2167

2168

2169**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Pode ocorrer porque eles têm dinâmicas.

2170

2171

2172**O SR. EDMILSON R. COSTA (Técnico da Gerência de Resíduos Perigosos)** – Se
2173for ocorrer, eu acho não necessário fixar o prazo, só isso a observação.

2174

2175

2176**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu
2177também não estou vendo sentido em fixar prazo não, porque eu estou dizendo, olha,
2178porque nós falamos sempre que necessário, quando for necessário, porque isso pode
2179ser intervalo de anos ou de um ano, porque tem uma dinâmica, o próprio grupo pode
2180até propor mudança. Eu só acho, Adriano, que faltou completar a frase, que o IBAMA
2181deverá atualizar por meio da Instrução Normativa que, tem que continuar a frase.

2182

2183

2184**O SR. EDMILSON R. COSTA (Técnico da Gerência de Resíduos Perigosos)** – Os
2185procedimentos de inclusão de informações (*Inaudível*).

2186

2187

2188**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma dúvida, Gilberto, lá nos
2189artigos anteriores nós aprovamos que o anexo sai e sai por IN, não seria necessário
2190naqueles casos de botar prazo, porque vai ter que sair, se tiver os anexos.

2191

2192

2193 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Nós já temos um sistema previsto com a
2194 Resolução atual, nós já temos um sistema em funcionamento. O que seria a partir da
2195 publicação da resolução, você daria a possibilidade do IBAMA de fazer uma Instrução
2196 Normativa, regulamentando as informações e a forma de cadastramento possível dos
2197 atores da resolução. Então, o prazo eu acho que, como nós pensamos, está dentro do
2198 período de se fazer a instrução.

2199

2200

2201 *(Inaudível)*

2202

2203

2204 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Quando nós enviamos a proposta, só para
2205 colocar que é a 6.514, não, mas a 3.194, *(Inaudível)* proponho a atualização daquele
2206 artigo também.

2207

2208

2209 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – CNI de acordo.

2210

2211

2212 **A SRª. CÁSSIA RANGEL (MS)** – Ministério da Saúde de acordo.

2213

2214

2215 **O SR. EDUARDO ESPÍNDOLA VIEIRA (CNT)** – CNT de acordo.

2216

2217

2218 **O SR. ALEX FABIANO RIBEIRO DE MAGALHÃES (MCidades)** – Ministério das
2219 Cidades de acordo.

2220

2221

2222 **A SRª. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA NACIONAL)** – ANAMMA nacional
2223 de acordo.

2224

2225

2226 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – A ideia é após a revogação dos anexos,
2227 esse artigo, você dar a possibilidade do IBAMA de quando necessário e ouvido o
2228 GMP, de você fazer uma atualização daquela forma de que você vai prestar as
2229 informações ao IBAMA, porque hoje é feito dentro do Cadastro Técnico Federal.
2230 Então, essa parte de cadastramento e de informações antes estava estabelecida
2231 naqueles artigos que nós alteramos e no anexo. Tinham as informações, inclusive
2232 algumas até com unidade métrica da coleta do óleo. Isso foi extremamente prejudicial
2233 para o IBAMA. Então, a possibilidade de fazermos essas atualizações, melhorias das
2234 informações e da forma como os atores vão passar as informações para o IBAMA
2235 vem junto desse artigo também essa possibilidade, fazer por Instrução Normativa que
2236 é um instrumento que o IBAMA pode fazer quando achar que deve.

2237

2238

2239 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – O
2240 Cadastro Técnico Federal é gerenciado pelo IBAMA e através, ele é
2241 permanentemente atualizado por instruções normativas. Então, esse formulário que

2242constava aqui na 362 evoluiu para o que o IBAMA faz hoje. O IBAMA antecipou e
2243independentemente detalhou um pouco mais o que hoje está nesses anexos. Então, o
2244objetivo é só dar essa flexibilidade para o IBAMA poder atualizar, com as atualizações
2245constantes que o cadastro tem porque é muito grande, são vários relatórios e isso
2246viria facilitar o trabalho, inclusive de divulgação posterior das informações.

2247

2248

2249**O SR. ALEX FABIANO RIBEIRO DE MAGALHÃES (M. Cidades)** – Só ratificando
2250que o que estaria sendo alterado não é o conteúdo das informações prestadas, e sim
2251a forma de coleta dessas informações.

2252

2253

2254**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** –
2255*(Inaudível)* Podemos continuar a votação?

2256

2257

2258**O SR. [ADRIANO GERIN RIBEIRO \(DCONAMA/MMA\)](#)** – Desculpa, só uma
2259informação, art. 8º, tem revogação dos anexos.

2260

2261

2262**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Sim,
2263porque agora vai ser por IN.

2264

2265

2266**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Governo
2267do Estado de Alagoas de acordo (Risos!)

2268

2269

2270**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** –
2271Estamos todos de acordo. Selma? Estamos todos de acordo, aprovado. Então, vamos
2272ao próximo item, informe, 3.1, Implementação do Cadastro Nacional de Operadores
2273de Resíduos Perigosos pelo IBAMA e o Transporte Estadual de Resíduos Perigosos.
2274Relator: Gilberto Werneck.

2275

2276

2277**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Como foi solicitado na última reunião da
2278Câmara Técnica, nós gostaríamos de apresentar como que o IBAMA vem discutindo
2279a questão do Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e também
2280fazer uma breve exposição do contexto que hoje o IBAMA está trabalhando a questão
2281de transporte de cargas perigosas, ou seja, um universo maior de discussão do
2282transporte que você vai ter também produtos perigosos envolvidos e outras condições
2283especiais para o transporte. Vou brevemente passar a palavra para o Ismael, ele
2284trabalha na Coordenação de Avaliação da Qualidade Ambiental do IBAMA, é a
2285coordenação onde hoje estão instalados a discussão do RQMA e a discussão do
2286CTF, que vamos falar assim, a coordenação que hoje faz os trabalhos relativos ao
2287CTF, então é a coordenação onde o colega Ismael trabalha. Só para quem não está
2288familiarizado com o assunto, o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos
2289Perigosos é previsto na Lei 2.305, que é na Política Nacional de Resíduos Sólidos,
2290está constante no capítulo 4 da Lei, mais precisamente no artigo 38, que já dá, já
2291obriga toda e qualquer pessoa, em qualquer fase, as pessoas jurídicas que operam

2292com resíduos perigosos em qualquer fase do seu gerenciamento são obrigadas a se
2293cadastrarem nesse Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos. Pelo
2294decreto, os artigos, o Decreto 7.404 que regulamenta a política, entre os artigos 68 e
229570, você tem já detalhado como vai ser essa implementação e a obrigação prevista é
2296de que o IBAMA faça essa implementação, ouvindo os estados, municípios e outras
2297partes interessadas.

2298

2299

2300 **SR. ISMAEL (IBAMA)** – Boa tarde a todos. Antes de mais nada, eu vou falar um
2301pouco sobre o cadastro. O Cadastro Técnico Federal é um instrumento da política
2302ambiental, já tem 19 anos, vamos completar 20 agora em agosto e nesse tempo nós
2303temos cerca de 2 milhões de empresas, sendo que 600 mil ativas. Então, é um
2304cadastro maduro, nós temos dados ambientais aqui nacionais que não existem em
2305outras bases e atualmente já estamos extraíndo várias informações, inclusive
2306referente a resíduos sólidos de várias formas possíveis. Com o advento agora da Lei
23072.305 e a chegada de mais um membro na família, que é o ORP, ele passa a ser
2308parte integrante do cadastro, de forma que nós estamos recebendo esse novo
2309membro com muita expectativa, por quê? O cadastro se baseia em algumas
2310premissas básicas, primeiro, pessoa jurídica que efetua, exerce uma atividade
2311potencialmente poluidora. Logo, para que esse cadastro e para o ORP também que é
2312parte integrante comece a exercer suas funções, ele terá que entrar pelo cadastro
2313como atividade potencialmente poluidora, isso já são discussões que temos que fazer.
2314Então, conceitualmente, nós temos o cadastro que é atividade potencialmente
2315poluidora, que todos já conhecem, caso não conheçam, estou à disposição, o
2316instrumento de defesa ambiental, de consultores, empresas que efetuem atividades
2317referentes a defesa ambiental estão cadastradas e agora o ORP, que também utilizará
2318todo o conceito do CTF. Então, essas formas de integração com o cadastro, como
2319acontece atualmente. O empreendedor entra via Internet, se cadastra, escolhe,
2320informa qual é a atividade potencialmente poluidora, lança os dados referentes às
2321suas atividades e o que gerou de resíduos ou que entrou na produção dele. Isso nos
2322permite ter essa visão maior de como está, como são os dados ambientais atualmente
2323no País. Agora, é importante que nós tenhamos informações que estejam nos
2324estados.

2325

2326

2327 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** –
2328Desculpa, Ismael, acesso em vídeos dados e enviados pelos municípios? Mas eu
2329achei que era acesso em vídeos dados pelos estados e os estados não enviam dados
2330não?

2331

2332

2333 **SR. ISMAEL (IBAMA)** – Isso aqui é o seguinte, são alguns pontos, os municípios,
2334isso aqui é o que (...), são os dados que entrarão agora com os resíduos.

2335

2336

2337 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Isso é
2338forma, como ali à esquerda está o cadastro, eu estou achando que essas regras
2339valem para todos ou só para os operadores de resíduos?

2340

2341

2342 **O SR. ISMAEL (IBAMA)** – As regras valerão aqui para todos que efetuem atividades
2343 potencialmente poluidoras.

2344

2345

2346 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Então,
2347 eu imagino que a maioria dos dados que estão sendo enviados são enviados pelos
2348 estados.

2349

2350

2351 **O SR. ISMAEL (IBAMA)** – Não, pelas empresas, CNPJs, os estados possuem dados
2352 importantíssimos para nós.

2353

2354

2355 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu só
2356 não estou entendendo o que é acesso e envios de dados pelos municípios, não tendo
2357 acesso em vídeos dados pelos estados? Porque não existe aí escrito acesso e envio
2358 de dados pelos estados, quer dizer, os estados não enviam dados?

2359

2360

2361 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – É porque hoje, alguns estados da
2362 Federação podem enviar dados para o cadastro técnico, só que não tem nenhum
2363 município hoje no Cadastro Técnico Federal enviando diretamente esses dados. A
2364 forma de integração, a novidade seria essa, os municípios agora também vão ser
2365 possíveis de enviar dados para o CTF, você criar esse canal de comunicação.

2366

2367

2368 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Porque
2369 eu achei que isso era pauta do que ocorreu, isso aí é proposta do que pode vir a
2370 ocorrer.

2371

2372

2373 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Uma das formas para envios de dados dos
2374 estados são os instrumentos de cooperação, são projetos, Minas Gerais até foi
2375 contemplada com esse projeto. Essa troca de dados, de uma forma bem rápida, uma
2376 proposta é usar uma tecnologia chamada web servisse, que é a troca de dados com
2377 os estados e municípios. A integração de dados, isso aqui é um impacto muito grande
2378 no cadastro, tanto para a área operacional, como para a área de TI, que é uma coisa
2379 que têm nos preocupado e estamos nos preparando para isso. Um cenário proposto
2380 que nós estamos discutindo lá no IBAMA é o cadastro, ali diz que ele é o responsável
2381 pelo armazenamento dessas informações, trabalhar com (...) trocando dados e com
2382 os órgãos do SISNAMA, estados e municípios, Ministério e a sociedade podendo
2383 acessar essas informações, (*Inaudível*), mas que no fundo tem os termos de
2384 cooperação técnica, acesso às informações, licenciamentos nos Estados e os planos
2385 que serão enviados dos municípios. Os resultados esperados. Desenvolver e
2386 implantar o CNORP, que é esse Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos
2387 Perigosos, com funcionalidades que possibilitem o acesso, cadastramento, consulta,
2388 transferência, extração e impressão de dados referentes aos operadores de resíduos
2389 sólidos, (...) integração das informações novamente e geração de informações para a
2390 sociedade, aqui temos o link com o RQMA, que são os relatórios de qualidade

2391ambiental. Então, em suma, uma forma bem macro e rápida, essa é a ideia do
2392cadastro.

2393

2394

2395 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Obrigado Ismael. Essa troca de
2396informações para a sociedade é muito importante, o IBAMA tem como um canal de
2397comunicação do SISNAMA, ele tem muitas, por exemplo, solicitações de empresas
2398que, Ah, eu gostaria de saber, empresas que estão habilitadas a fazerem determinada
2399atividade e hoje nós sabemos que essas informações não são possíveis de serem
2400passadas de uma maneira rápida e eficiente, porque também, apesar de já ter 20
2401anos de informatização, o cadastro técnico, ele ainda não tem a totalidade das
2402empresas potencialmente poluidoras no País, nós precisamos também desses
2403acordos com os estados e municípios para continuarmos com esse trabalho. Eu
2404gostaria de finalizar esse informe apresentando o seguinte contexto, o IBAMA hoje
2405está sendo está discutindo a questão do transporte de cargas perigosas. O que
2406acontece? No início desse ano, quer dizer, no final do ano passado, quando da
2407aprovação do Plano Nacional de proteção ambiental, que é realizado para diretoria e
2408coordenação geral de fiscalizar do IBAMA nos estados, uma das operações seria
2409justamente a fiscalização do transporte de cargas perigosas, o IBAMA foi, em alguns
2410estados, nós ainda não temos o relatório consolidado, nós só temos o relatório
2411preliminar, mas o IBAMA foi às rodovias, fez barreiras, fez a fiscalização do transporte
2412de cargas perigosas, foram quatro dias de operações coordenadas entre os estados e
2413a sede aqui em Brasília, tem alguns dados preliminares para passar. Por exemplo, no
2414Estado da Bahia foram 43 autos de infrações aplicados pelo a motoristas que
2415estavam em desconformidade com a lei ambiental, totalizou 401 mil reais em multas
2416aplicadas na Bahia nesses 4 dias de operação. Em Pernambuco foram 44 autos de
2417infração e totalizou 425 mil reais em multas aplicadas aos transportes. Em Alagoas
2418foram 75 autos de infração que totalizou 775 mil reais aplicados em multa. Senhores,
2419estamos falando de uma questão que não é só mais resíduos, tem agora a questão
2420do trabalho de como verificar o transporte de cargos perigosas interestaduais no País.
2421Para os resíduos perigosos a aposta é fazer justamente no Cadastro Nacional de
2422Operadores de Resíduos Perigosos, que já tem hoje, a partir de agosto de 2010, já
2423tem o comando e controle expresso, tanto no art. 38 da Lei quanto no art. 68 a 70 do
2424Decreto 7.404. Gostaria também de informar já para encerrar que hoje, até uma feliz
2425coincidência, hoje pela manhã, o IBAMA junto com a ANTT, Agência Nacional de
2426Transportes Terrestres, justamente para discutir essa questão do registro nacional de
2427transporte de cargas perigosas e uma licença, nós ainda não sabemos qual o
2428instrumento que o órgão ambiental federal vai optar, pode ser uma licença, uma ,
2429autorização, registro, conhecimento, anuência, homologação, permissão, não sei qual
2430vai ser o instrumento, mas nós começamos a dar o primeiro passo para discutir com a
2431ANTT esse controle de transporte interestadual de cargas perigosas. Seria isso,
2432gostaria de abrir a palavra para os conselheiros. Obrigado.

2433

2434

2435 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** –
2436Obrigado Gilberto. Após o informe, a palavra está aberta aos conselheiros para
2437manifestações, solicitações de esclarecimentos.

2438

2439

2440 **SR. EDUARDO ESPÍNDOLA VIEIRA (CNT)** – Com relação a essas autuações (...) qual foi o principal ponto, o que os transportadores estavam em não conformidade?

2442

2443

2444 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – O IBAMA tem essa parte de solicitar a licença ambiental, a empresa tem que estar licenciada. Então, em alguns estados essa operação foi coordenada também com a Polícia Rodoviária Federal, ou seja, tanto a questão da segurança no transporte, que é prerrogativa da Resolução 420 da ANTT, quanto a exigência do licenciamento ambiental da transportadora, a totalidade desses autos foram justamente em conformidade dessas duas normativas, dessas duas legislações, segurança e licenciamento ambiental.

2451

2452

2453 **SR. EDUARDO ESPÍNDOLA VIEIRA (CNT)** – A CNT também gostaria de estar participando dessa (...) junto com vocês.

2455

2456

2457 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Essa primeira fase, nós primeiro estamos estruturando como que nós vamos implementar o cadastro porque com certeza vai precisar tanto dos municípios, estados e associações e representações do próprio setor de transporte para ter, soltar um sistema adequado de controle e registro das informações.

2462

2463

2464 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Gilberto, quando você mostrou aí, o Ismael, o cadastro de operadores de resíduos, você tinha falado antes, está no art. 38 da Lei, você disse que ia estar nos artigos (...) do decreto de regulamentação. Só queria saber se no decreto, ele dá prazo para isso.

2468

2469

2470 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – O decreto fala como vai ser implementado, quem vai participar, medidas que o IBAMA deve adotar, medidas para publicidade e daí no art. 70 (...) informações sobre a quantidade, natureza, destinação temporária ou final dos resíduos sob responsabilidade da respectiva pessoa jurídica, entre outras fontes. A questão do prazo, quando da implementação, ele pode ser um fator de discussão, com certeza. Já tem essa liberdade prevista no decreto.

2476

2477

2478 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu estou falando isso porque só para lembrar que ano passado essa Câmara aqui discutiu muito sobre a questão do transporte, que é uma das fases do gerenciamento, portanto, estão incluídos agora no art.38 e nós chegamos a uma proposta de resolução que ia nesse sentido, quer dizer, o que se propunha de acabar com a burocracia do licenciamento ambiental, no nosso entendimento aqui, o licenciamento ambiental do transporte de resíduos perigosos é puramente burocrático, porque na verdade, todas as normas de segurança e exigências já são feitas pelo INMETRO e tanto em Minas Gerais como outros estados que estavam presentes confirmaram que o licenciamento ambiental, no nosso caso é mais simplificado, (*Inaudível*) é simplesmente comprovação de documentação da segurança, pagamento de taxa, montagem de processo, enfim, uma burocracia e que serve unicamente para nós

2490 termos a informação dos resíduos perigosos que estão transitando no Estado. Isso,
2491 para o setor empresarial, traz uma dificuldade muito grande, uma burocracia sem
2492 ganho ambiental, como é o caso que foi citado, de resíduos que saem do Pernambuco
2493 e vão para São Paulo, tem que passar em vários estados, tem uma burocracia
2494 enorme em termos de regularização. E que a ideia mais lógica seria essa mesmo, do
2495 IBAMA ter, no Cadastro Técnico Federal, não só os geradores e os receptores de
2496 resíduos perigosos, mas também o cadastro dos transportadores que através de um
2497 registro incluindo a rota daria uma visibilidade para todos, para os órgãos ambientais e
2498 para a sociedade de uma maneira geral do que está transitando de resíduo no País,
2499 inclusive de um estado para o outro. Então, eu acho que essa proposta, esse informe
2500 é muito importante porque vem consolidar isso. A única preocupação que eu fico é
2501 com relação ao prazo. Quando é que nós vamos ter isso?

2502

2503

2504 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – O cadastro vai ser implementado também
2505 junto com o SINIR. Porque eu estou dizendo isso, o SINIR, a lei e o decreto preveem
2506 que a coordenação do SINIR é no Ministério do Meio Ambiente. O IBAMA, como ele
2507 tem um dos principais, a base de dados vai ser provida pelo IBAMA, tem que estar em
2508 discussão com o Ministério do Meio Ambiente e o prazo que a nós temos são dois
2509 anos.

2510

2511

2512 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Dois
2513 anos a partir da prorrogação do prazo?

2514

2515

2516 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – A partir de 02 de agosto.

2517

2518

2519 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Já
2520 temos um ano e pouco, está apertado, Gilberto?

2521

2522

2523 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Muito. Inclusive, não só a questão de
2524 prazo, o IBAMA está discutindo modelos de como fazer essa licença, autorização,
2525 esse instrumento de controle, tem uma experiência com o próprio controle de
2526 transporte de resíduos radioativos em que se homologa uma quantidade por empresa
2527 e rota e a partir de um determinado período, às vezes dado por um ano, em outros
2528 casos é dado só por três meses, a empresa pode desenvolver essa atividade
2529 naquelas condições da (...). Nós estamos discutindo, são possibilidades e nós
2530 estamos junto com a implementação do PNOT, nós acreditamos que regulando para
2531 resíduo nós vamos contribuir também para cargas perigosas como um todo, vamos
2532 tentar ter expertise no resíduo para depois ajudar mais profundamente nos produtos e
2533 outras condições perigosas.

2534

2535

2536 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu não quero polemizar, mas já
2537 perguntando, porque, na verdade, José Cláudio, essa é uma questão muito
2538 importante que nós vamos ter que discutir mesmo, não é à toa que foi criado um GT
2539 do SINIR dentro do comitê interministerial, na verdade existem, tanto a Lei 2.305

2540 como algumas resoluções, CONAMA, deliberações normativas estaduais, mais criam
2541 uma série de cadastros, inventários e sistemas de informação e documentação e, na
2542 verdade, a preocupação que nós, e falando pela CNI, eu não sei como vocês estão
2543 tratando disso internamente, como é que vai se dar esse sistema de informação,
2544 sendo que agora as empresas vão ter que informar seu plano de gerenciamento de
2545 resíduos, não só aos órgãos estaduais, Alagoas e Minas, mas como também aos
2546 municípios e eu imagino que ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal. Como é que vai
2547 se dar isso, para eu não ter que mandar um para ele, outro para ele, outro para ele.
2548 Essa é uma pergunta que eu acho que é importante, se não tem resposta, talvez não
2549 tenha agora, de trabalharmos pensando em simplificação desse sistema, tornar esse
2550 sistema mais racional possível e aí nós só pensarmos em (...) e os órgãos de gestão,
2551 para que nós tenhamos uma base de informação que seja única, porque eu vi que
2552 você falou do cadastro dos operadores, mas tem também aí o CTF, que tem uma
2553 base da parte de informação de resíduos, os órgãos ambientais têm os seus planos
2554 de controle das empresas que eles têm que receber, tem os inventários de resíduos,
2555 têm uma série de coisas, como é que nós vamos amarrar isso tudo? É uma pergunta
2556 que eu deixo no ar.

2557

2558

2559 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Eu posso tentar responder, mas sem (...)
2560 alguma, a resposta da sua pergunta já foi dada 30 anos atrás, com o Cadastro
2561 Técnico Federal, era a base de dados prevista para o SISNAMA, integrado sob o
2562 gerenciamento e coordenação do IBAMA, só que os estados e municípios que
2563 também são partes integrantes do SISNAMA nunca utilizaram. Hoje nós estamos
2564 tendo esse trabalho de acordo com cooperação técnica para que os estados venham
2565 a utilizar. Os estados têm que utilizar têm que proporem melhorias, têm que ser donos
2566 do cadastro também. É mais uma oportunidade para você trazer (...) e difundir nos
2567 estados e municípios a utilização de uma base central única. O plano de
2568 gerenciamento, não tenha dúvida, vai estar lá no CTF, vai está lá no (...).

2569

2570

2571 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É bom que se diga que ele é bem
2572 detalhado e, o seguinte, é uma oportunidade que nós temos de repensar essa
2573 questão de sistema de informação no Brasil, eu acho que, inclusive o nosso indicado
2574 está aqui, a CNI indicou a Beta para nos representar lá no grupo técnico do comitê
2575 interministerial que vai tratar do SINIR e é algo que interessa a todos, nós inclusive
2576 queremos propor, ajudar o governo a propor ideias e soluções (*Inaudível*) é ter um
2577 cadastro único, Ah, é o CTF, então vamos informar o C T F, mas nós temos que ter a
2578 garantia que os estados têm que ter essas informações, que faz parte do
2579 licenciamento, tem que estar ligado a eles e até os municípios, que muitos vão
2580 licenciar. Aliás, é uma coisa interessante, o plano de gerenciamento está atrelado ao
2581 licenciamento ambiental, mas independente de ter licenciamento ou não tem que ser
2582 informado. É outra questão que nós temos que repensar, na verdade, é somente essa
2583 reflexão.

2584

2585

2586 (*Inaudível*)

2587

2588

25890 **SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Eu queria dar uma informação. Tem um
 2590decreto que o Governo Federal publicou para agosto do ano passado, o decreto do
 2591cidadão, que sinaliza que as entradas de informações, tanto para o cidadão pessoa
 2592física ou jurídica seja uma entrada só. Então, já existe um trabalho enorme para que
 2593isso seja norma alisado, para que se evite vários cadastros, você entrou, esses dados
 2594serão acessados pelos demais cadastros do Governo Federal e nós esperamos que
 2595essa ideia siga também para estados e municípios.

2596

2597

2598**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – Falando
 2599pela futura diretoria de resíduos sólidos, a nossa ideia é fazer tudo num lugar só, isso
 2600que o Gilberto e o Ismael falaram. Eu não imagino essa triplicidade ou quadruplicidade
 2601de ações por parte dos empreendedores. A ideia é colocar no instrumento e
 2602aperfeiçoar o instrumento disponível hoje.

2603

2604

2605**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A ideia é essa, inclusive nós
 2606temos resoluções (...), tem que repensar, tem resoluções estaduais, ou seja, temos
 2607que discutir com os estados, é uma questão de dar uma racionalidade a esse
 2608processo.

2609

2610

2611**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** –
 2612Wanderley, só para você ter uma ideia, dentro dessas atividades de inserir o Cadastro
 2613de Operadores de Resíduos Perigosos, casar o SINIR, com o Cadastro Técnico
 2614Federal, com os outros sistemas, está embutido dentro disso, principalmente, o
 2615inventário de resíduos sólidos industriais, ele vai ser repensado e no futuro nós vamos
 2616ter que mudar aquela Resolução. Como nós estamos com propostas de estruturação
 2617desses sistemas, por isso até que nós não propomos ainda nenhuma proposta de
 2618alteração na Resolução 313, a ideia é trabalhar isso primeiro, nessa integração e
 2619depois trazer a esse Conselho uma modificação nessas resoluções todas que mexem
 2620com cadastro.

2621

2622

2623**O SR. DIÓGENES DEL BEL (ABETRE)** – Eu não quero ser repetitivo, mas acho que
 2624Wanderley chamou bem atenção para a questão de nós conseguirmos evitar
 2625multiplicidade de informações. Quero dar só um exemplo, o Estado da Bahia tem o
 2626sistema de informações. Eu quero dá só um exemplo, o Estado da Bahia tem sistema
 2627de informações e com a Política Nacional de Resíduos, ele colocou em consulta
 2628pública um anteprojeto de uma renovação da política estadual de resíduos do Estado
 2629da Bahia, totalmente alinhada com a nacional, mas tinha um item, eu que sou muito
 2630interessado por essas informações, onde ele estabelecia que as informações sobre
 2631resíduos em geral, urbanos e outros seriam concentrados no Sistema Estadual de
 2632Informações sobre Saneamento e de resíduos perigosos num outro sistema, tinha
 2633uma quebra, uma multiplicidade. Como estava em consulta pública, nós fizemos
 2634várias sugestões (...) vamos ficar com resíduo industrial separado em dois sistemas,
 2635resíduos do comércio em dois sistemas e, infelizmente, lá na consulta pública
 2636acataram isso e reuniram tudo num local só. Então, apesar de nós estarmos passando
 2637por um momento de atualização na legislação, há alguns (...), as pessoas não são
 2638especializadas em entenderem esses temas e nós damos (...) e as coisas ficam

2639quebradas. Então, eu acho que é isso que nós temos que evitar e conscientizar todo
2640mundo para obter essa melhoria. Só isso.

2641

2642

2643**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) –**

2644Pergunto se algum Conselheiro quer fazer mais alguma manifestação nesse item?

2645Não havendo, agradecemos o Gilberto, Ismael pela apresentação, acho que foi

2646bastante esclarecedora e passamos para o item 4. Assuntos gerais. A palavra está

2647aberta aos senhores conselheiros. Eu gostaria de perguntar ao Adriano, com relação

2648da próxima reunião, se temos, não me lembro da reunião passada de ter um

2649calendário. Eu não sei como é que está aí na Secretaria do DCONAMA, se tem muito

2650assunto para vir? Queria que você desse uma geral e dizer como é que está a sua

2651prateleira de processos.

2652

2653

2654**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA) –** José Cláudio,

2655especificamente, nós estamos carentes de pauta, não temos previsão de próxima

2656reunião.

2657

2658

2659**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) –** Nós

2660temos quantos GTs em funcionamento, hoje foi restabelecido?

2661

2662

2663**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA) –** Nós temos o GT da revisão

2664da 05, que precisa ser instalado até o dia 15 de julho, GT de resíduos de portos e

2665aeropostos, esse é um GT. Ele foi na verdade prorrogado.

2666

2667

2668**A SR^a. CÁSSIA RANGEL (MS) –** Esse GT estava com a coordenação do Ministério

2669da Saúde que foi exatamente o técnico que saiu e foi para, Érick, que foi para o

2670IBAMA. Então, eu preciso reconversar com a nossa coordenação, porque nós não

2671conseguimos alocar ainda ninguém, nem para o Érick e nem para complementar a

2672Janaina. Então, eram os dois que tocavam as questões do CONAMA para ver como é

2673que nós vamos fazer, se nós vamos poder realmente assumir a coordenação desse

2674GT.

2675

2676

2677**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) –** Eu

2678acho que nós poderíamos dar um encaminhamento.

2679

2680

2681**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA) –** Bom, o encaminhamento era

2682o seguinte, de acertamos com o Ministério da Saúde um prazo para isso, quer dizer,

2683se vai alocar pessoas para substituição ou então um encaminhamento já de

2684substituição.

2685

2686

2687A **SR^a. CÁSSIA RANGEL (MS)** – Eu sugiro que já tenha o encaminhamento da
2688substituição, porque nós não temos previsão ainda nenhuma de recebimento de
2689novos técnicos.

2690

2691

2692O **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu
2693pergunto se (...) o Eduardo, faço essa proposta da Cássia, se a CNT não assumiria a
2694coordenação desse GT?

2695

2696

2697O **SR. EDUARDO ESPÍNDOLA VIEIRA (CNT)** – Eu tenho que consultar, porque
2698realmente a coisa também está bem complicada. Estamos ampliando o quadro lá,
2699mas hoje nós não teríamos braço para fazer isso. Então, se de repente.

2700

2701

2702O **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu
2703pergunto se alguma outra entidade se dispõe a coordenar esse GT? Senhor
2704Wanderley.

2705

2706

2707O **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Normalmente, nós (...), podemos
2708até ser relator, no caso, mas coordenação, eu prefiro que seja órgão estadual ou de
2709controle.

2710

2711

2712O **SR. EDUARDO ESPÍNDOLA VIEIRA (CNT)** – O que ocorre, ficou definido nesse
2713grupo que seria só alterado o escopo de trabalho, ou seja, o escopo dele, não
2714trabalharia em cima da resolução em si, mas em cima da classificação dos resíduos,
2715me corrijam se eu estiver errado. Só que hoje, dentro da Câmara Técnica, nós temos
2716um corpo técnico, (...) ficaria muito complicado para a assumirmos essa coordenação.

2717

2718

2719A **SR^a. CÁSSIA RANGEL (MS)** – Veja bem, o nosso problema é exatamente esse
2720também, nós estamos tentando deixar os (...) porque justamente as duas pessoas que
2721tocavam as questões do CONAMA saíram agora, num mesmo momento, (*Inaudível*).
2722Nós estamos tentando reagrupar todos esses assuntos e sem previsão de entrada de
2723outros técnicos, por enquanto.

2724

2725

2726A **SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Governo do Estado de Alagoas)** – O
2727Governo de Alagoas vai ter que consultar sua chefia. Como falamos da reunião
2728passada, Ministério do Meio Ambiente se posicionou porque achava que esse trabalho
2729poderia ser adiado em função dos outros componentes, e essa Câmara Técnica
2730votou, eu acho que a nossa posição, particularmente foi contrária, por achar que isso
2731era uma coisa que tinha que esperar todas essas outras atividades em andamento,
2732mas essa Câmara Técnica foi soberana e votou. Na atual conjuntura, acompanhando
2733logística reversa, cinco Grupos de Trabalho, sendo que eu tenho, dos meus, nós
2734temos oito pessoas lotadas na gerência, quatro contratos acabam no final desse mês,
2735eles têm um mês de contrato. Eu não tenho como assumir isso, como Ministério do
2736Meio Ambiente. Agora, o Governo de Alagoas realmente nós teríamos que consultar o

2737titular. Eu só vim parar aqui porque não tinha quórum de manhã e alguém pediu
2738quórum e houve essa disponibilidade.

2739

2740

2741**O SR. EDUARDO ESPÍNDOLA VIEIRA (CNT)** – Talvez uma sugestão (...) nós
2742estamos ampliando o nosso quadro lá. Eu posso consultar internamente e de repente
2743(...) na próxima reunião.

2744

2745

2746**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Se ele
2747não se reunir fica extinto automaticamente.

2748

2749

2750**O SR. [ADRIANO GERIN RIBEIRO \(DCONAMA/MMA\)](#)** – Vai ter que ser apreciado
2751novamente pela Câmara Técnica.

2752

2753

2754**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Eu
2755acho que o caminhamento pode ser o seguinte, se você consultando lá a CNT houver
2756condição, você já fica indicado, se os senhores e já convoca o GT. Senão isso volta à
2757apreciação na próxima reunião. Outra questão que eu queria levantar é com relação à
2758composição. Na reunião do CONAMA houve um questionamento, eu não me lembro
2759direito, com relação à composição das câmaras, porque as ONGs questionaram,
2760estava havendo um entendimento diferenciado com relação a mandatos dos membros
2761da Câmara, das próprias presidências, o Ministério já tem uma decisão sobre isso?

2762

2763

2764**O SR. [ADRIANO GERIN RIBEIRO \(DCONAMA/MMA\)](#)** – Foi (...) na última reunião
2765(*Inaudível*) prazo das câmaras técnicas foi prorrogado em função da apreciação do
2766novo Regimento. Então, até o novo Regimento, as câmaras técnicas continuam como
2767estão, com os presidentes e vice-presidentes como são na verdade.

2768

2769

2770**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Até
2771resolver o Regimento Interno, as câmaras não mudam. Como o Regimento foi pedido
2772vistas e nós devemos apreciá-lo em agosto, as mudanças aqui só devem ocorrer em
2773setembro, imagino eu.

2774

2775

2776**O SR. [ADRIANO GERIN RIBEIRO \(DCONAMA/MMA\)](#)** – Só um último detalhe, José
2777Cláudio, o GT de resíduos da construção civil está agendado para o dia 21 de junho.

2778

2779

2780**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** – Quem
2781é o coordenador?

2782

2783

2784**O SR. [ADRIANO GERIN RIBEIRO \(DCONAMA/MMA\)](#)** – O coordenador é da ABES,
2785Ivan Pedro do Mato Grosso do Sul.

2786

2787

2788O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) – Quem
2789é o relator?

2790

2791

2792O SR. [ADRIANO GERIN RIBEIRO](#) (DCONAMA/MMA) – A relatora é a Zilda.

2793

2794

2795O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais) – Bom,
2796eu pergunto se tem mais algum assunto. Em não havendo, vamos encerrar a reunião,
2797agradecendo a participação e a colaboração de todos. A próxima reunião eu entendi
2798que está em aberto, assim que tiver pauta, necessidade, o Adriano nos convoca.
2799Muito obrigado.